



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CONTRATO Nº 08/2020**

**CONTRATO N. 08/2020**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0002624-96.2019.6.22.8000**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 10/2020**

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO), E A EMPRESA UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA., PARA PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA COMPLEMENTAR ÀQUELA PRESTADA DIRETAMENTE PELO TRE-RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n. 05.657.234/0001-20, com sede na Av. Carlos Gomes, 1259, Centro, CEP: 76.801-109, em Porto Velho/RO, Telefone (s): (69) 3217-2008, (69) 3217-2043 e (69) 3217-2000, E-mail(s): [quivia@unimedportovelho.coop.br](mailto:quivia@unimedportovelho.coop.br), neste ato representada pelo Senhor **ROBSON JORGE BEZERRA**, Presidente da Unimed Rondônia, brasileiro, Médico, portador da Carteira de Identidade RG 406.076, SSP/PB, CPF 160.534.004-91, e pelo Senhor **SALEH MOHAMAD MOHAMOUD ABDUL RAZZAK**, Diretor Administrativo da Contratada, brasileiro, Médico, portador da Carteira de Identidade RG 350984/SSP-RO e CPF 027.080.002-68, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e em conformidade com: o Edital de Pregão respectivo e seus Anexos, e consoante Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho 420/2020-PRES/DG/GABDG, de 27/03/2020, e Termo de Homologação do Pregão Eletrônico constante no Despacho 764/2020-PRES/DG/GABDG, de 28/05/2020, bem como nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Este Contrato tem por objeto a prestação de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial concernentes em exames periódicos e complementares, serviços auxiliares de diagnósticos e de terapias, inclusive internações clínicas e/ou cirúrgicas, em caráter emergencial e eletivo, em âmbito nacional, na modalidade coletiva empresarial, aos beneficiários definidos conforme arts. 5º, 6º e 7º da Resolução TRE-RO 03/2015, com pré-pagamento a preço per capita por faixa etária, sem carência, em conformidade com art. 1º, §1º, inciso I da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, observado o que segue:

1. Estima-se a população-alvo em 580 (quinhentos e oitenta) usuários, contando-se titulares, dependentes ordinários e especiais, o qual poderá ser ajustado no decorrer da execução em razão de exclusões e inclusões regulamentares;
2. Exclui-se do objeto desta contratação a assistência na modalidade odontológica; e
3. Em função da impossibilidade material de implantação, operação e controle por parte do TRE-RO, **excluiu-se do objeto desta contratação o regime de livre-escolha** pelo usuário com posterior reembolso pela operadora, exceto para os casos excepcionais previstos no termo de referência, adotando exclusivamente a forma de pré-pagamento mensal total dos serviços em função do preço *per capita* por faixa etária mensal por usuário, conforme registrado no Capítulo 11 do Termo de Referência.

**Subcláusula Primeira** – No Anexo I deste Contrato constam as especificações para prestação dos serviços, que foram reproduzidas a partir do item 2.3 do Termo de Referência respectivo.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios sobre a abrangência e cobertura da rede prestadora dos serviços e os critérios de sustentabilidade ambiental indicados, respectivamente, nos itens 2.4 e 5 do Termo de Referência correspondente.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Terceira** – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência respectivo, assim como na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame.

### **DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Quanto aos serviços a serem realizados, deverá ser observado o que segue:

1. Os serviços de plano de saúde almejados pelo TRE-RO incluem o rol de procedimentos elencados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, observada a Diretriz de Utilização Para Cobertura de Procedimentos na Saúde (DUT), coincidentes com a cobertura almejada pelo TRE-RO, inclusive outros serviços novos que vierem a ser exigidos por referida Agência, desde que sua obrigatoriedade de implantação surja dentro do período de vigência contratual, bastando, para isso, o reconhecimento da legitimidade e o implemento dos mesmos pelos Órgãos de Saúde, excluindo-se, assim, os de caráter experimental;
2. Tais serviços deverão ser prestados em abrangência nacional, através de assistência médica e hospitalar (internações clínica e/ou cirúrgica), com cobertura obstétrica e ambulatorial nas especialidades e áreas de atuação reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM);
3. Os beneficiários terão direito a serviços de apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos constantes do rol de procedimentos ANS, plano ambulatorial e hospitalar com cobertura obstétrica, considerando-se que as cirurgias, inclusive para correção da visão, e as internações psiquiátricas e para recuperação de dependência, atenderão as características e limites estabelecidos pelo Rol de Procedimentos e Eventos da ANS; e
4. Os serviços prestados pela Contratada deverão observar as resoluções e demais atos expedidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, vigentes e vindouros, inclusive os termos da Resolução Normativa n. 428/2017- ANS, além das obrigações contidas no termo de referência, contrato, e legislação vigente.

### **DO PÚBLICO ALVO**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Quanto ao público alvo deste contrato, são beneficiários os magistrados ativos, desde que não sejam beneficiários de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

outro programa de assistência nos Tribunais de origem ou de sistema privado de saúde, no caso dos membros da classe dos juristas, todos os servidores do TRE-RO, ativos e inativos, seus respectivos dependentes, os pensionistas e os servidores requisitados ou cedidos que aderirem ao Programa de Assistência Médica e Social (PAMS) dos servidores do TRE-RO na forma regulamentada pela Resolução TRE-RO n. 3/15. São beneficiários do PAMS:

### **I – titulares:**

- a)** os membros do Tribunal, titulares e suplentes;
- b)** os servidores ativos e inativos;
- c)** os servidores cedidos, removidos ou com lotação provisória para órgão da administração pública federal, ocupantes de cargos de provimento efetivo pertencentes ao quadro permanente do TRE-RO;
- d)** os ocupantes de cargo em comissão ou exercentes de função comissionada do TRE-RO;
- e)** os servidores da Justiça Eleitoral removidos para o TRE-RO;
- f)** os pensionistas estatutários.

### **II – dependentes:**

- a)** cônjuge ou companheiro, inclusive de união homoafetiva, na união estável;
- b)** filhos menores de 21 anos, ou com idade até 24 anos, se estudante de curso técnico ou superior, ou, se portadores de necessidades especiais, enquanto durar a patologia;
- c)** enteados menores de 21 anos, ou com idade até 24 anos, se estudante de curso técnico ou superior, ou, se portadores de necessidades especiais, enquanto durar a patologia, que vivam às expensas do servidor;
- d)** menor sob guarda ou tutela concedida por decisão judicial transitada em julgado;
- e)** o absolutamente incapaz, do qual o servidor seja tutor ou curador.

### **III – Dependentes especiais:**

- a)** pai e mãe, desde que dependentes econômicos do servidor;
- b)** netos menores de 21 anos, ou com idade até 24 anos, se estudante de curso técnico ou superior, ou, se portadores de necessidades especiais, enquanto durar a patologia, que vivam às expensas do servidor.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Primeira** – O contratante poderá, atendendo a sua conveniência e/ou necessidade, requerer a inscrição de novos beneficiários, obedecendo aos limites estabelecidos no contrato, seja na qualidade de beneficiário titular ou de beneficiário dependente, conforme a seguir:

I - Todos os beneficiários titulares ou dependentes cuja solicitação de inscrição for feita até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato não serão submetidos a nenhum prazo de carência.

**Subcláusula Segunda** – É defeso à CONTRATADA negar ou obstaculizar a inscrição de beneficiário requerida pelo CONTRATANTE.

**Subcláusula Terceira** – Perderá a qualidade de beneficiário, conforme o disposto no inciso V, Artigo 16, Lei 9.656/98, o beneficiário que for punido com demissão.

**Subcláusula Quarta** – Ao beneficiário coberto pelo Plano de Assistência à Saúde de que trata o Termo de Referência respectivo, em decorrência do vínculo empregatício, no caso de exoneração, é assegurado o direito de manter sua condição de beneficiário, desde que assuma o seu pagamento integral, conforme dispõe o “caput” do artigo 30 da Lei Nº 9.656/98.

**Subcláusula Quinta** – Considerando-se o crescimento vegetativo e a possível ampliação do número de servidores, o total de beneficiários a serem cobertos pelo plano a partir do exercício 2020 é estimado em 580 (quinhentos e oitenta).

## **DA CARÊNCIA**

**CLÁUSULA QUARTA** – Quanto à carência, deverá ser observado o que segue:

**Subcláusula única** - O início da contratação e da prestação dos serviços ocorrerá a partir da vigência do contrato, previsto para 16 de junho de 2020. Não serão consideradas as propostas que indiquem períodos iniciais de carência para a prestação de serviços de que trata o Termo de Referência, tanto para servidores cadastrados, como para aqueles que vierem a se



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cadastrar em prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do evento que tornou possível a inscrição do usuário.

**I** - Os beneficiários titulares e dependentes incluídos após o prazo estipulado no item 2.5.2, inciso I, deverão cumprir os seguintes períodos de carência:

- a)** sem carência para a cobertura dos casos de urgência ou emergência;
- b)** 60 (sessenta) dias para consultas e exames de rotina;
- c)** 300 (trezentos) dias para partos a termo;
- d)** 24 (vinte e quatro) meses para doenças preexistentes;
- e)** 180 (cento e oitenta) dias para os demais casos.

**II** - Os prazos definidos no inciso anterior não se aplicam aos novos beneficiários titulares e seus dependentes, cuja inscrição fica regulada pelo item 2.5.2, inciso I, devendo o prazo de trinta dias ali estabelecido ser contado a partir do início do efetivo exercício de suas funções, para servidores comissionados e concursados, e do ato de lotação, para os servidores requisitados;

**III** - Além do disposto no inciso anterior, também não serão submetidos aos prazos de carências estabelecidos no inciso I deste item os beneficiários dependentes cuja inclusão for solicitada até 30 (trinta) dias do fato/ato que criou/reconheceu a condição de dependência;

**IV** - Havendo inclusão de dependente que esteja adstrito à carência prevista na alínea “d” do inciso I e restando devidamente comprovada a doença preexistente, a contratada poderá autorizar o tratamento e posterior pagamento do custo operacional deste;

### **DAS DECLARAÇÕES EXPRESSAS DA CONTRATADA E DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS**

**CLÁUSULA QUINTA** – Com a assinatura deste contrato, a contratada ratifica todas as declarações e documentos apresentados na licitação, incluindo as declarações exigidas no item 7.3.5 do Termo de Referência respectivo, assim como ratifica todos os compromissos assumidos.

### **DO REGIME DE EXECUÇÃO** **(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA SEXTA** – A presente contratação se deu mediante realização de pregão eletrônico, do tipo menor preço, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

**DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO**

**(Artigo 57, II e § 3º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Este Contrato terá prazo de vigência e de execução por 12 (doze) meses, a contar de 16/06/2020, e poderá vir a ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, de acordo com o Art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, observado, ainda, os seguintes requisitos:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;
- c) manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93); e
- d) concordância expressa da contratada pela prorrogação.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA OITAVA** – O valor total estimado deste contrato é de **R\$ 4.310.207,96** (quatro milhões trezentos e dez mil duzentos e sete reais e noventa e seis centavos), para o período total de vigência deste contrato, conforme estimativa abaixo e proposta da contratada:

FAIXA ETÁRIA	QTD DE USUÁRIOS ESTIMADA	PERCAPITA (R\$)	VALORMENSAL (R\$)
00 a 18	167	266,94	44.578,91
19 a 23	28	309,35	8.661,93
24 a 28	13	355,90	4.626,71





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

29 a 33	33	405,32	13.375,53
34 a 38	69	471,88	32.559,72
39 a 43	56	546,97	30.630,22
44 a 48	37	662,87	24.526,19
49 a 53	41	859,61	35.244,20
54 a 58	27	1.196,96	32.317,89
59+	83	1.598,35	132.662,70
<b>Total de usuários estimado</b>	<b>554</b>	-	-
<b>Valor Mensal estimado</b>		<b>01 MÊS</b>	<b>359.184,00</b>
<b>Valor Anual estimado</b>		<b>12 MESES</b>	<b>4.310.207,96</b>

**Subcláusula Primeira** - O valor deste Contrato é estimativo, não obrigando o CONTRATANTE a efetivar o seu equivalente em serviços durante a vigência do ajuste.

**Subcláusula Segunda** - O quantitativo de usuários indicados neste Contrato é estimativo, o qual poderá sofrer oscilações decorrentes das inclusões e exclusões de usuários durante sua execução, na forma regulamentar.

**Subcláusula Terceira** – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes, despesas administrativas e lucro, entre outros.

**Subcláusula Quarta** – O valor deste contrato é calculado *per capita* por faixa etária.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Quinta** – Considerando o disposto no art. 14 da Resolução TRE-RO n. 03/2015, a participação do TRE-RO no valor desta contratação é limitada ao valor *per capita* do orçamento de assistência à saúde, atualmente fixado em R\$ 210,50 mensais que, multiplicado pelos estimados 555 beneficiários deste contrato resulta numa participação estimada do TRE-RO de R\$ 116.827,50 (cento e dezesseis mil, oitocentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos) mensais, correspondente a, aproximadamente, 35% de custeio por parte do TRE-RO e de 65% de cota-parte dos usuários titulares deste objeto.

**Subcláusula Sexta** – Os valores definidos neste instrumento atendem aos critérios estabelecidos na Resolução Normativa ANS n. 63, de 22 de dezembro 2003, quais sejam:

I - Deverão constar 10 faixas etárias conforme disposto no art. 2º RN 63/03 – ANS.

II - O valor fixado para a última faixa etária não poderá ser superior a seis vezes o valor da primeira faixa etária.

III - A variação acumulada entre a sétima e décima faixas não poderá ser superior a variação acumulada entre a primeira e a sétima faixas.

IV - As variações por mudança de faixa etária não podem apresentar percentuais negativos.

**Subcláusula Sétima** – Por conseguinte, as despesas decorrentes deste objeto serão suportadas da seguinte forma, podendo vir a ser readequada essa divisão e esses valores, conforme a necessidade:

**I** - O montante estimado de **R\$ 1.448.998,08** (Um milhão quatrocentos e quarenta e oito mil novecentos e noventa e oito reais e oito centavos) à conta do Orçamento Geral da União, com recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia (inicialmente consoante Nota de Empenho 2020NE000396, Programa de Trabalho 02301003320040011, Natureza de Despesa 339039-50, a ser reforçada durante a vigência contratual, caso necessário), sendo que a execução orçamentária ocorrerá da seguinte forma:

ORÇAMENTO	PLANO INTERNO	VALOR (R\$)
-----------	---------------	-------------



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ordinário 2020	AMO PLANO	724.499,04
Ordinário 2021	AMO PLANO	724.499,04
<b>VALOR TOTAL</b>		<b>1.448.998,08</b>

**II** - O montante estimado restante à conta da participação dos servidores do TRE/RO no custeio do programa, nos termos da Resolução TRE-RO n. 03/2015.

**Subcláusula Oitava** - Quanto a reajuste, revisão, reequilíbrio e outros tipos de alterações contratuais, deverá ser observado o que consta na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

**DA GARANTIA**

**(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA NONA** – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar a GARANTIA no valor de **R\$ 215.510,40** (Duzentos e quinze mil quinhentos e dez reais e quarenta centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado deste instrumento, a qual deverá ter prazo de validade durante todo a vigência deste Contrato, devendo ser observados os seguintes requisitos:

**Subcláusula Primeira** – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a saber:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA deverá apresentar a Garantia no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da assinatura deste Contrato.

**Subcláusula Terceira** – Em cumprimento ao Art. 56, § 2º da Lei n. 8.666/93, o valor da garantia deverá ser atualizado em função da eventual alteração do valor do contrato. Assim sendo, a garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada reajuste, revisão e reequilíbrio econômico-financeiro ou a cada acréscimo quantitativo do contrato.

**Subcláusula Quarta** – A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a aplicação de sanções e a rescisão do contrato, independentemente de ter a contratada iniciado a execução ou não.

**Subcláusula Quinta** – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados pela prestação ou paralisação dos serviços pela contratada, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura

**Subcláusula Sexta** – A garantia, ou a parte remanescente dessa garantia, será devolvida à CONTRATA após o cumprimento integral e regular das obrigações contratuais a seu encargo.

**Subcláusula Sétima** – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

**Subcláusula Oitava**– A garantia será considerada extinta:

1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Com o término da vigência do contrato, que poderá, independentemente de sua natureza, ser estendido, a critério do Contratante.

**Subcláusula Nona** - O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação vigente relativa à matéria.

### **DO PAGAMENTO**

**(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA** - Os pagamentos à Contratada observarão o que segue:

1. Será utilizado o sistema de pagamento antecipado correspondente ao valor da parcela mensal única *per capita*, definida no contrato;
2. Para o pagamento, mensalmente, a empresa contratada deverá apresentar a fatura/nota fiscal de acordo com o rol de beneficiários fornecidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do TRE-RO, e esta ficará encarregada da respectiva conferência e certificação e, a seguir, do encaminhamento para a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) do TRE-RO, para processar o respectivo pagamento.
3. Havendo inconsistências no rol apresentado, o gestor do contrato devolverá a fatura/nota fiscal à contratada para regularização do rol e apresentação de novos documentos de pagamento;
4. O prazo para pagamento somente será iniciado após a apresentação da nova fatura/nota fiscal - acompanhado do novo rol de beneficiários - totalmente de acordo com as regras de pagamento previsto no item 11 do Termo de Referência;
5. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal e Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito - CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade de Situação - CRF), com a Justiça do Trabalho e com o Conselho Nacional de Justiça (Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ);
6. A contratada deverá apresentar, juntamente com a fatura mensal, relatório mensal de usuários, por idade, além de relatório de movimentações de inclusões e exclusões efetuadas;
7. Sempre que solicitado pelo contratante, a contratada deverá comprovar os repasses e pagamentos realizados aos hospitais e à rede credenciada. A ausência de comprovação poderá ensejar a suspensão dos pagamentos futuros;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa por meio de ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, até 15 (quinze) dias úteis, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pela Seção de Assistência Médica do TRE-RO.
9. Em caso de divergência nos valores, irregularidade e/ou falta de qualquer documento, a Contratada será notificada para sanar as pendências no prazo máximo fixado;
10. Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;
11. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;
12. Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento à Contratada em caso de inobservância das condições descritas neste instrumento;
13. Havendo pendência de liquidação de obrigações financeiras imposta à contratada em virtude de penalidade ou inadimplência, o valor de tal obrigação poderá ser retido no ato do pagamento da Nota Fiscal/Fatura mensal;
14. O pagamento, em caso de eventual reajuste, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido;
15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$I \times N \times VP$

Onde: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP - Valor da parcela a ser paga.

I = índice de compensação financeira - 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \qquad I = (6/100) / 365 \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

16. A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência;

17. Os faturamentos seguirão a convenção de mês comercial, inclusive os proporcionais (pro rata die), sendo que essa convenção também se aplicará a reajustes, repactuações, acréscimos, supressões, prorrogações e demais alterações contratuais supervenientes.

**DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**(Artigo 67, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – No TRE-RO, a gestão desta contratação será realizada pelo titular da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE e a fiscalização desta contratação será realizada pelo titular da Seção de Assistência Médico-Social – SAMES, ou aos seus respectivos substitutos, em caso de ausência dos titulares mencionados, aos quais competem, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008/TRE-RO.

**Subcláusula única** - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização e da Gestão durante a execução do Contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

**DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** –além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e em todos os anexos, assim como neste Contrato, são obrigações do CONTRATANTE as seguintes:

1. Fornecer a relação dos beneficiários, responsabilizando-se pelas informações sobre titularidade e dependência dos inscritos;
2. Requerer, formalmente, a inscrição de novos beneficiários, responsabilizando-se pelas informações sobre titularidade e dependência desses;
3. Comunicar a inclusão de qualquer beneficiário do Plano de Saúde, em formulário próprio e entregue até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês à



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratada, com o registro de que os beneficiários inscritos têm o direito aos serviços contratados a partir do primeiro dia útil do mês subsequente, excetuando-se os casos de recém-nascidos, filhos naturais de beneficiárias, que terão cobertura imediata, e assegurada por 30 dias após o parto;

4. Comunicar à contratada a exclusão de qualquer beneficiário do Plano de Saúde até o dia 25 de cada mês, com o registro de que os beneficiários excluídos têm o direito aos serviços contratados até o último dia do mês da solicitação, sendo a exclusão efetivada a contar do primeiro dia do mês subsequente;

5. Informar imediatamente à contratada perda, roubo ou dano à credencial de identificação do beneficiário, para cancelamento ou, quando for o caso, para emissão de segunda via;

6. Pagar pela prestação dos serviços, nos termos definidos no Termo de Referência;

7. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

8. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o Contrato;

9. Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

10. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA; e

11. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas das leis e dos regulamentos e, bem como, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o interesse da Administração Pública o exigir.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Artigo 55, VII e XIII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência correspondente, no Edital e anexos e no Contrato, obriga-se a CONTRATADA a:

1. Realizar o objeto do contrato nas condições, preços e prazos nele estabelecidos, no edital de pregão a ser realizado e na sua proposta;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2. Entregar a credencial de todos os beneficiários, inicialmente inscritos pelo contratante no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do instrumento contratual;
3. Proceder à inscrição de novos beneficiários, seja na qualidade de beneficiário - titular ou de beneficiário - dependente, na forma prevista neste instrumento;
4. Entregar a credencial dos novos beneficiários inscritos pelo CONTRATANTE no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento do requerimento do contratante;
5. Fornecer ao contratante, sempre que solicitado, relação dos médicos e estabelecimentos próprios e integrantes da REDE CREDENCIADA da Contratada e seus endereços, bem como dos serviços contratados, glossário de termos técnicos e material explicativo;
6. Autorizar a realização de exames, observando o que segue:

A) Quando não necessitarem de prévia autorização da auditoria médica da contratada os exames serão realizados mediante apresentação da solicitação do médico assistente, da credencial e de identidade civil do beneficiário ao estabelecimento credenciado, não sendo necessária a apresentação de comprovante de pagamento.

B) Os exames que necessitarem de prévia autorização da Auditoria Médica da contratada obedecerão aos seguintes procedimentos:

B.1) O pedido de exame expedido pelo médico assistente, acompanhado da credencial de identificação e da identidade civil do beneficiário, deverá ser submetido à apreciação da Auditoria Médica da contratada que, expedirá autorização para realização observados os Prazos Máximos de Atendimento estabelecidos pela ANS;

B.2) Em casos de divergência técnico-assistencial sobre procedimento ou evento em saúde a ser coberto pelas operadoras de planos de assistência à saúde deve-se cumprir as regras estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS quanto a instauração de Junta Médica, nos termos da Resolução Normativa nº 424/2017 (ou normativa que venha substituir e (ou) complementar esta, durante a vigência do contrato);

B.3) As requisições de exames poderão ser solicitadas por médicos do TRE-RO ou por outros médicos não conveniados, as quais serão transcritas/trocadas na sede administrativa da empresa contratada pela respectiva guia padrão

7. Emitir guia de internação nos termos estabelecidos no Termo de Referência e no contrato, sendo que o procedimento para realização de internações hospitalares observará o que segue:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- A) O pedido de internação, devidamente expedido pelo médico assistente, acompanhado da credencial de identificação e da identidade civil do beneficiário, poderá ser submetido à apreciação da Auditoria Médica da contratada para imediata emissão de guia de internação;
- B) Após a apreciação do pedido de internação, e havendo divergência técnico-assistencial, a contratada deverá cumprir as regras estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS quanto a instauração de Junta Médica, nos termos da Resolução Normativa nº 424/2017 (ou normativa que venha substituir e (ou) complementar esta, durante a vigência do contrato);
- C) A internação hospitalar no estabelecimento credenciado será realizada mediante apresentação da guia de internação expedida pela contratada, acompanhada do pedido de internação preenchido pelo médico assistente, credencial de identificação da contratada e identidade civil, dispensado o comprovante de pagamento;
- D) Para os casos de urgência e/ou emergência, assim definidos os que implicam risco imediato de vida ou lesões irreparáveis para o beneficiário, cuja caracterização depende tão-somente de declaração do médico assistente, a internação será realizada mediante apresentação do pedido de internação preenchido pelo médico assistente, credencial de identificação da contratada e identidade civil, dispensado o comprovante de pagamento, devendo o beneficiário ou responsável providenciar a guia de internação, observado o disposto os itens 12.8.1 e 12.8.2 do Termo de Referência, até o terceiro dia útil seguinte ao da hospitalização;
- E) As despesas extraordinárias realizadas pelo paciente beneficiário e/ou acompanhante, não-relacionadas diretamente com o tratamento, serão de responsabilidade do beneficiário, sendo pagas diretamente à entidade hospitalar;
- F) Não serão autorizadas internações que atendam exclusivamente com tabelas próprias/diferenciadas, cujos valores ultrapassem os praticados pela contratada com os demais prestadores.
- G) Nas internações hospitalares o beneficiário disporá de apartamento individual.
- H) As órteses, próteses e outros materiais ortopédicos, incluindo todos materiais e aparelhos ortopédicos ou inerentes ao ato cirúrgico (pinos, parafusos, placas, platinas, marcapassos etc.) deverão ser fornecidos pela contratada aos beneficiários sem ônus adicional ao contratante.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8. Nomear e manter atualizada a informação sobre preposto, com dados pessoais, contatos telefônicos, e-mail e endereço para encaminhamento de ofícios e notificações que se fizerem necessárias durante a vigência contratual.
9. Responder no prazo de 48 horas às demandas da Contratante formalizadas por meio de ofícios, notificações ou consultas, independentemente o meio de comunicação.
10. Indicar ao CONTRATANTE o nome do responsável pelo contato e um preposto e fornecer, sempre que solicitado, relação dos funcionários da administração responsáveis pelo atendimento ao fiscal do contrato;
11. Manter-se durante a execução do contrato, com todas as condições de habilitação exigidas no edital de pregão respectivo, apresentando, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública e/ou com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade de Situação – CRF), com a Justiça do Trabalho e com o CNJ (Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ);
12. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do contratante, cabendo à contratada prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;
13. Responsabilizar-se pelos danos pessoais ou materiais diretamente causados por sua ação/omissão ou por integrantes de sua REDE CREDENCIADA ao contratante, aos beneficiários por ele inscritos ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Termo de Referência, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o contratante proceder à fiscalização ou o acompanhamento da execução dos referidos serviços;
14. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto do Termo de Referência e comprovar, sempre que solicitado pelo contratante, os repasses e pagamentos aos hospitais e à rede credenciada;
15. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros em decorrência da execução do contrato;
16. Comunicar por escrito e imediatamente ao Contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;
17. Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante o ingresso de profissionais ou estabelecimentos de saúde em sua rede credenciada que tenha em sua direção pessoas com os vínculos descritos no item anterior;
18. Reembolsar despesas decorrentes de casos de urgência ou emergência, quando se demonstrar que o beneficiário não teve condições de usar os



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serviços próprios ou credenciados da CONTRATADA, limitadas aos valores atribuídos pela CONTRATADA aos seus serviços próprios ou contratados;

19. Reembolsar o beneficiário nos casos em que não dispuser, por meio próprio ou por meio credenciado, da especialidade de tratamento na localidade em que se encontre o usuário. Nesse caso, o usuário terá direito a reembolso da despesa decorrente, limitado aos valores atribuídos pela contratada aos seus serviços próprios ou contratados;

20. Nas localidades onde não haja médico conveniado, a contratada deverá reconhecer e pagar o procedimento definido pelo médico, bem como o serviço prestado por profissional ou estabelecimento hospitalar, da confiança do paciente, bem como o tratamento médico recomendado, sem restrições, desde que constante do rol de procedimentos da ANS, mediante laudo técnico fornecido pelo profissional;

21. Os reembolsos serão realizados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega da documentação comprobatória do atendimento, assim considerada:

A) Relatório do médico assistente;

B) Conta hospitalar, com descrição dos procedimentos (exames, diárias, taxas, materiais e medicamentos) e honorários médicos; e

C) Nota fiscal dos serviços prestados e/ou correspondente recibo de quitação.

22. Prestar remoção, aérea e/ou terrestre, inter-hospitalar, comprovadamente necessária, aos beneficiários do contratante, conforme parecer do médico assistente responsável pelo paciente e da equipe do Serviço Aeromédico responsável pelo traslado, em âmbito nacional, desde que atendidas as exigências contratuais e critérios técnicos aeromédicos vigentes. O atendimento pela Unidade de Terapia Intensiva (UTI no ar) deverá ser prestado quando necessário, em todas as localidades que permitam o serviço aeromédico e que se fizerem necessárias, dentro do território nacional.

23. Atender as solicitações de exames e/ou pedidos de internação realizados por médico assistente não pertencente à REDE CREDENCIADA, que deverão ser apresentados pelo beneficiário à Auditoria Médica da contratada, a fim de serem anexados a formulário próprio expedido pela contratada (requisição de exame, guia de internação ou equivalentes) no ato da apresentação, devendo ambos serem apresentados pelo beneficiário aos estabelecimentos da REDE CREDENCIADA para obtenção de atendimento. Poderão, no entanto, tais solicitações serem submetidas à junta médica da contratada, nos moldes descritos no item 12.8 do termo de referência;

24. Todas as especificações contidas no Objeto desta Licitação completam-se com o conteúdo do instrumento, que contém informações, instruções e orientações sendo parte integrante do edital;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

25. A empresa contratada responsabiliza-se por todos os impostos, taxas, encargos sociais, obrigações de ordem trabalhistas, previdenciária e cível, decorrentes das suas atividades;
26. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado para a execução dos serviços ou, mediante acordo das partes, supressões em percentuais superiores, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.666/93;
27. Oferecer GARANTIA, conforme estabelecido neste Contrato;
28. Atender às solicitações do contratante nas condições e prazos estabelecidos no presente instrumento, prestando todas as informações e orientações necessárias acerca do funcionamento e da operação dos equipamentos;
29. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;
30. Cumprir, no prazo estipulado na notificação expedida pelo fiscal do contrato, todas as determinações do contratante, especialmente quando tratarem de adimplemento de obrigação prevista neste instrumento;
31. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
32. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:
33. 6.1) Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos;
34. 6.2) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008- TRE-RO.
35. Cumprir todas as leis e demais normas aplicáveis à execução dos serviços, mesmo que não referidas expressamente neste instrumento, no edital ou no Termo de Referência.

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Artigo 7º da Lei 10.520/02)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** –Além das demais sanções decorrentes do certame licitatório, o descumprimento injustificado das obrigações



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa moratória consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

**1. Atraso injustificado na entrega das credenciais, magnéticas ou não, aos beneficiários:**

**a)** até 5 (cinco) dias, multa de 0,1 % (um décimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

**b)** a partir do sexto até o décimo dia, multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

**c)** superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato.

**2. Atraso injustificado na expedição de autorização para realização de exames e emissões de guias de internação:**

**a)** até 24 (vinte e quatro) horas, multa de 0,3 % (três décimos por cento), incidente sobre o valor da fatura mensal;

**b)** a partir da 25<sup>a</sup> (vigésima quinta) até a 72<sup>a</sup> (septuagésima segunda) hora, multa de 0,5% (cinco décimos por cento), incidente sobre o valor da fatura mensal;

**c)** superior a 72 (setenta e duas) horas poderá caracterizar inexecução do Contrato.

**3. Atraso injustificado no reembolso de despesa decorrente de serviço prestado por profissional ou estabelecimento de saúde, quando a Contratada não o possuir em sua rede própria, credenciada, conveniada, cooperada ou a ele vinculada sob qualquer forma regular admitida na Legislação específica de saúde complementar dentro da circunscrição geográfica do domicílio do usuário:**

**a)** até 5 (cinco) dias, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor efetivamente devido e não reembolsado;

**b)** a partir do sexto até o décimo dia, multa de 2,0% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor efetivamente devido não reembolsado;

**c)** atraso superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato.

**4. Suspensão injustificada e indevida na prestação de qualquer serviço objeto da contratação:**

**a)** até 5 (cinco) dias, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**b)** a partir do sexto até o décimo dia, 2,0% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

**c)** superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato.

**5. Atraso na entrega de garantia contratual:**

**a)** até 5 (cinco) dias, multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

**b)** a partir do sexto até o décimo dia, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

**c)** superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato.

**6. Deixar de informar os dados do preposto e do responsável pelo contrato ou, ainda, deixar de informar a relação de seus funcionários responsáveis pelo atendimento ao fiscal do contrato:**

**a)** até 5 (cinco) dias, multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

**b)** a partir do sexto até o décimo dia, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

**c)** superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato.

**7. Descumprimento das demais obrigações estabelecidas no contrato, no edital e sua proposta, após formalmente notificado pela fiscal ou gestor do contrato:**

**a)** até 5 (cinco) dias, multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, incidente sobre o valor da obrigação inadimplida ou, caso não seja possível mensurá-la financeiramente, sobre o valor do contrato;

**b)** a partir do sexto até o décimo dia, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor da obrigação inadimplida ou, caso não seja possível mensurá-la financeiramente, sobre o valor do contrato;

**c)** superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato ou também a reiteração/reincidência de conduta faltosa, em um lapso de 60 (sessenta) dias após regular notificação.

**Subcláusula Primeira** - Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, a Administração Contratante poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções punitivas:





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**1** Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

**2** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas (caso não seja possível mensurá-la financeiramente, sobre o valor do contrato), tendo como teto o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

**3** Suspensão temporária para participação em licitações com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

**5** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10520/02).

**Subcláusula Segunda** - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no Termo de Referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato, assim como a aplicação** das demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei n. 8.666/93 e Art. 7º da Lei n. 10520/02.

**Subcláusula Terceira** - A Administração do Contratante poderá deixar de declarar a inexecução total do Contrato, quando:

**a)** a infração não tenha trazido prejuízo para o Contratante; nem benefício ao Contratado;

**b)** o Contratado tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras do Contrato, claramente demonstrada no processo; e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) o Contratado tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.

**Subcláusula Quarta** - A Administração do Contratante declarará a inexecução total do contrato, quando:

a) a prática infracional tenha criado risco ou consequência danosa à saúde do beneficiário;

b) o Contratado tenha deixado, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;

c) o Contratado seja reincidente, nos termos do item 13.1.7, "c" do Termo de Referência.

**Subcláusula Quinta** - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

**Subcláusula Sexta** - As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

**Subcláusula Sétima** - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a contratada e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

**Subcláusula Oitava** - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

**Subcláusula Nona** - Na aplicação das penalidades será sempre considerada a produção de prejuízo para o Contratante, podendo ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a juízo da Administração, observadas as regras da Instrução Normativa n. 04/08, disponível no site do TRE-RO.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Décima** - As sanções aplicadas à Contratada serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**Subcláusula Décima Primeira** - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário).

**Subcláusula Décima Segunda** - No caso de a contratada ter valor a receber do TRE-RO e não recolher o valor da multa ou condenação eventualmente imposta dentro de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

**Subcláusula Décima Terceira** - Caso não seja suficiente o valor do pagamento a que fizer jus a contratada para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido pela Contratada através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da IN TRERO 05/2009).

**Subcláusula Décima Quarta** - No caso da contratada não ter nenhum valor a receber do TRE-RO, esta deverá recolher o valor da multa ou condenação aplicada através de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Décima Quinta** - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 25, § 3º da Lei 10.522/02).

**Subcláusula Décima Sexta** - Caso a CONTRATADA não recolha o valor da multa ou da condenação eventualmente aplicadas dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na Dívida Ativa da União, devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

**Subcláusula Décima Sétima** - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas, e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão, ainda, ser inscritos no Cadastro Interno de inadimplentes do TRE/RO - CAI2.

**Subcláusula Décima Oitava** - O procedimento para aplicação de sanções pelo CONTRATANTE observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

**DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 55, VIII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – Este Contrato poderá ser rescindido de pleno direito por inexecução total ou parcial de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos a que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

**Subcláusula Primeira** – A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito da administração, por conveniência da administração e decisão do presidente do TRE-RO ou nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aplicáveis a esta contratação, notificando-se a contratada para apresentar defesa.;

2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da administração contratante; e

3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n. 7, de 18 de outubro de 2005, constitui causa de rescisão contratual a contratação, pela empresa contratada, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**DA ALTERAÇÃO**

**(Artigo 65 e §§, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento admite eventual reequilíbrio econômico-financeiro na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93, assim como



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ajustes ou alterações das condições inicialmente pactuadas, desde que, em qualquer caso, seja comprovada a repercussão financeira sobre o contrato, cabendo à CONTRATADA o ônus dessa comprovação, de maneira robusta e suficiente.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

**Subcláusula Terceira** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quarta** – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

**Subcláusula Quinta** – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sexta** – Havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sétima** – Caso ocorra a prorrogação contratual, os valores estipulados em contrato poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, e será com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha substituí-lo, de acordo com regulamentação do órgão governamental competente, com o registro de que o marco inicial a partir do qual se computa o período de 12



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(doze) meses para a aplicação de índices de reajustamento é a data de apresentação da proposta da contratada ou a do orçamento a que a proposta se referir.

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – Esta contratação fundamenta-se no artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002 e à execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus Anexos, nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, na Lei 9961/2000, nas resoluções e regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Saúde - ANAC, nos Decretos Federais 3555/2000, 9507/2018 e 10.024/2019, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, nas Resoluções TSE 23.234/2010, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, assim como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

**Subcláusula única** – Não se aplicam ao objeto do presente contrato os incisos X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - O CONTRATANTE** providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

**DO FORO**





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA-** Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 08 de junho de 2020.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	
<b>ROBSON JORGE BEZERRA</b> Pela CONTRATADA	<b>SALEH MOHAMAD MOHAMOUD ABDUL RAZZAK</b> Pela CONTRATADA
Fábيا Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

**ANEXO I AO CONTRATO N. 08/2020 (REPRODUÇÃO DO ITEM 2.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA RESPECTIVO)**

**2.3 DAS ESPECIFICAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **2.3.1 A Contratada deverá oferecer:**

**I -** A prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial, em nível nacional, de acordo com as condições e prazos propostos, sendo a cobertura de consultas médicas em número ilimitado, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina - CFM, incluindo atendimento de emergência 24 (vinte e quatro) horas/dia, em todos os dias da semana, nas unidades credenciadas, conveniados, cooperados, ou vinculadas sob qualquer forma regular admitida na legislação específica de saúde complementar à licitante vencedora em todo o território nacional, sendo vedada a exigência de qualquer tipo de caução ou garantia para atendimento ao usuário, mesmo em finais de semana e feriados;

**II -** Cobertura de todos os serviços de apoio diagnóstico e tratamentos constantes do rol de procedimentos citados nesse instrumento, **sem a exigência de pré-autorizações para os procedimentos de urgência/emergência, bem como consultas médicas;**

**III -** Cobertura de internações hospitalares em quarto individual com banheiro privativo e com direito a um acompanhante, com fornecimento de alimentação pela unidade hospitalar, sendo vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade, em clínicas básicas e especializadas reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, inclusive quanto a procedimentos obstétricos;

**IV -** A abrangência da cobertura de despesas de acompanhamento refere-se ao fornecimento de alimentação ao acompanhante, pela contratada, para usuários na faixa etária de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos e acima de 60 (sessenta) anos, independente da gravidade do caso. E nos casos de maior gravidade, independente da faixa etária, onde a presença de um acompanhante seja imprescindível, desde que tal necessidade seja devidamente comprovada pelo médico assistente;

**V -** Cobertura de internações hospitalares em centros de terapia intensiva ou similar, vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade, a critério do médico assistente;

**VI -** O atendimento fora do Estado de Rondônia far-se-á através de todos os profissionais e estabelecimentos próprios ou conveniados com a entidade que vier a ser contratada ou suas congêneres, se for o caso, não podendo haver qualquer discriminação entre beneficiários;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**VII** - Cobertura de despesas referentes a honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação, inclusive enteral ou parenteral, nos casos de internação hospitalar;

**VIII** - Cobertura de todos os exames complementares indispensáveis ao controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica, com fornecimento de medicamentos, próteses e órteses, contrastes anestésicos, oxigênio, transfusão, sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar;

**IX** - Cobertura de todas e quaisquer taxas, seja de sala de cirurgia, materiais utilizados na execução do procedimento médico, bem como a remoção do paciente, quando comprovadamente necessária, para outro estabelecimento hospitalar em território nacional, dentro dos limites de abrangência geográfica previstos no contrato, com remoção através de transportes aeromédico e terrestre de pacientes, em aeronaves e ambulâncias equipadas com UTI, e com equipe médica e de enfermagem, quando solicitado pelo médico assistente;

**X** - Nos procedimentos obstétricos, deverá ser estendida a cobertura assistencial ao recém-nato, filho natural ou adotivo do usuário do plano ou seguro, como dependente, isento do cumprimento de períodos de carência, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o nascimento ou adoção;

**XI** - Reembolso, nos limites das obrigações contratuais das despesas efetuadas pelo beneficiário, titular ou dependente, com assistência à saúde, em casos de urgência ou emergência, quando não for possível a utilização de serviços próprios, contratados ou credenciados pela operadora contratada, de acordo com a relação de preços de serviços médicos hospitalares praticados pelo plano contratado, e também em casos de entraves à utilização dos serviços ocasionados pela burocracia da operadora contratada, que ultrapasse os prazos máximos de atendimento estipulados pela ANS, pagáveis no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a entrega à operadora da documentação adequada;

**2.3.2** Na realização do atendimento deverá ser observado:

**I** - A contratada, para fins de atendimento, preferencialmente emitirá credencial, como carteira ou cartão magnético, para fins de identificação dos beneficiários, contendo as informações necessárias para facilitar o atendimento.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**II** - Os serviços, objeto do contrato, serão prestados unicamente aos beneficiários inscritos, desde que portadores da credencial de identificação, dispensado o comprovante de pagamento.

**III** - Para utilização dos serviços objeto do presente contrato os beneficiários deverão se dirigir aos consultórios particulares dos médicos, laboratórios, estabelecimentos hospitalares, serviços radiológicos ou clínicas de sua escolha, dentre a rede credenciada, munidos da referida credencial emitida pela contratada, e de documento de identidade oficial.

**IV** - A indevida utilização dos serviços será de responsabilidade objetiva do contratante, ainda que o ato tenha sido praticado sem o seu conhecimento, ficando estabelecido que os comprovantes das despesas decorrentes deste fato constituem dívida líquida, certa e exigível. Reduz a responsabilidade, nessa situação, a culpa concorrente e a exclui a culpa exclusiva da contratada.

**V** - Nas localidades onde não haja médico conveniado, a contratada deverá reconhecer e pagar o procedimento definido pelo médico não conveniado e da confiança do paciente, bem como o tipo de tratamento médico recomendado, sem restrições, desde que constante do rol de procedimentos da ANS, e mediante laudo técnico fornecido pelo mesmo.

**VI** - As requisições de exames poderão ser solicitadas por médicos do TRE-RO por outros médicos não conveniados, e serão transcritos/trocados na sede administrativa da empresa contratada pela respectiva guia padrão.

**2.3.3** A contratada deverá absorver automaticamente os tratamentos e procedimentos novos que surgirem dentro do período de vigência contratual, bastando para isso, o reconhecimento da legitimidade e o implemento dos mesmos pelos Órgãos de Saúde, excluindo-se assim, os de caráter experimental. Excluem-se do contrato, ainda, os seguintes serviços:

**I** - Atendimento domiciliar;

**II** - Serviços prestados por médico ou estabelecimento não credenciado pela CONTRATADA, exceto nos casos previstos nos itens 12.19, 12.20, 12.21 e 12.22 do Termo de Referência;

**III** - Procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses e próteses para o mesmo fim;

**IV** - Inseminação artificial;

**V** - Cirurgias para promoção ou correção de esterilidade, excetuados os casos previstos neste Instrumento;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**VI** - Tratamento de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética, clínica de repouso, estâncias hidrominerais, clínica para acolhimento de idosos e internações que não necessitem de cuidados médicos em ambiente hospitalar;

**VII** - Aviamento de óculos e lentes;

**VIII** - Cirurgias para mudança de sexo, tratamentos ilícitos ou antiestéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;

**IX** - Remoção após alta hospitalar ou por simples vontade do beneficiário, sem imperativo de ordem médica;

**X** - Enfermagem em caráter particular na residência ou em hospital;

**XI** - Permanência hospitalar após a alta médica;

**XII** - Atendimento nos casos de cataclismos, guerras, acidentes causados por radiações, emanções nucleares ou ionizantes e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente;

**XIII** - Transplantes, exceto córnea, medula óssea e rim ou outro que seja disciplinado pela ANS;

**XIV** - Procedimentos odontológicos e quaisquer outros decorrentes, exceto cirurgias bucomaxilofaciais, que necessitem de ambiente hospitalar;

**XV** - Aluguel de equipamentos hospitalares ou similares e despesas extraordinárias do beneficiário, não relacionadas com o tratamento, e/ou de acompanhante, em casos de internação hospitalar.

**2.3.4** A contratada não deverá estabelecer limitações ao pagamento de novos e revolucionários tratamentos de saúde, reconhecidos pela **Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS**, devendo, para fins de reembolso, basear-se em tabelas de preços devidamente atualizadas.

**2.3.5** A contratada deverá garantir, ao beneficiário que perder a qualidade de dependente do referido contrato, cobertura assistencial a ser mantida com a possibilidade de adesão a um plano na modalidade individual/familiar que esteja disponível no momento da sua migração, com cobertura assistencial ambulatorial mais hospitalar com obstetrícia, com o aproveitamento de carências já cumpridas, desde que assuma integralmente o valor praticado para a comercialização do produto ao qual faça a nova adesão.

**2.3.6** Os serviços que dependem de autorização prévia, fora do domicílio, serão autorizados no prazo máximo estipulado pela ANS, pela operadora do



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

plano de saúde, mediante apresentação da carteira de beneficiário e solicitação do médico assistente.

**2.3.7** O atendimento pela Unidade de Terapia Intensiva, UTI no ar, deverá ser prestado quando necessário, em todas as localidades que permitam o serviço aeromédico e que se fizerem necessárias, dentro do território nacional.

**2.3.8** Cabe à contratada oferecer comprovação de disponibilidade dos serviços de prestação de serviços de UTI no ar.

**2.3.9** Solicitado o serviço de Unidade de Terapia Intensiva - U.T.I. no ar, a Contratada terá o prazo máximo de 12 (doze) horas para disponibilizar a aeronave, contado a partir do momento em que for efetuada a solicitação. Tempo este que poderá sofrer alterações, considerando-se as condições climáticas ou outros contratemplos existentes nas regiões que venham a impedir ou dificultar o pouso ou a decolagem da aeronave. No caso do serviço de Unidade de Terapia Intensiva – U.T.I. terrestre, a Contratada prestará o serviço imediatamente após constatada a necessidade do transporte do paciente;



---

Documento assinado eletronicamente por **SALEH MAHMOUD ABDUL RAZZAK**, **Usuário Externo**, em 09/06/2020, às 08:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



---

Documento assinado eletronicamente por **ROBSON JORGE BEZERRA**, **Usuário Externo**, em 09/06/2020, às 08:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



---

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, **Diretora Geral**, em 09/06/2020, às 11:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



---

Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, **Técnico Judiciário**, em 09/06/2020, às 12:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 09/06/2020, às 12:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

### **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 14/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES**

#### **1 - INTRODUÇÃO**

**1.1** Nos termos da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal n. 10.024/2019, e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93 (artigos 6º, Inciso IX, 7º, § 2º e 9º), de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, do artigo 230 da Lei 8.112/1990, Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 e Resolução TRE-RO n. 03/2015, elabora-se este termo de referência para subsidiar os procedimentos administrativos necessários à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência médica complementar àquela prestada diretamente por este Tribunal, por meio da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE).

#### **2 – DO OBJETO**

**2.1** O objeto deste Termo de Referência é a contratação de empresa Operadora de Plano de Assistência à Saúde, para prestação de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial concernentes em exames periódicos e complementares, serviços auxiliares de diagnósticos e de terapias, inclusive internações clínicas e/ou cirúrgicas, em caráter emergencial e eletivo, em âmbito nacional, na modalidade coletiva empresarial, aos beneficiários definidos conforme arts. 5º, 6º e 7º da Resolução TRE-RO 03/2015, **com pré-pagamento a preço per capita por faixa etária**, sem carência, em conformidade com art. 1º, §1º, inciso I da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, **por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável na forma prevista no item 8.2 deste Termo de Referência.**

**2.1.1** Atualmente são **554** (quinhentos e cinquenta quatro) usuários, contando-se titulares, dependentes ordinários e especiais.

**2.1.2** Para fins deste Termo de Referência, Operadoras de Planos de Assistência à Saúde são as empresas e entidades que atuam no setor de





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

saúde suplementar oferecendo aos consumidores os planos de assistência à saúde, sejam administradoras, cooperativas médicas, seguradoras especializadas em saúde e medicina de grupo.

### **2.1.3 Exclui-se do objeto da contratação a assistência na modalidade odontológica.**

**2.1.4** Em função da impossibilidade material de implantação, operação e controle por parte do TRE-RO, **excluiu-se do objeto desta contratação o regime de livre-escolha** pelo usuário com posterior reembolso pela operadora, exceto para os casos excepcionais previstos neste termo de referência, adotando exclusivamente a forma de pré-pagamento mensal total dos serviços em função do preço *per capita* por faixa etária mensal por usuário, conforme registrado no Capítulo 11 deste Termo de Referência.

## **2.2 DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS:**

**2.2.1** Os serviços de plano de saúde almejados por este Tribunal incluem o rol de procedimentos elencados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, observada a Diretriz de Utilização Para Cobertura de Procedimentos na Saúde (DUT), coincidentes com a cobertura almejada por este Tribunal, inclusive outros serviços novos que vierem a ser exigidos por referida Agência, desde que sua obrigatoriedade de implantação surja dentro do período de vigência contratual, bastando, para isso, o reconhecimento da legitimidade e o implemento dos mesmos pelos Órgãos de Saúde, excluindo-se, assim, os de caráter experimental.

**2.2.2** Tais serviços deverão ser prestados em abrangência nacional, através de assistência médica e hospitalar (internações clínica e/ou cirúrgica), com cobertura obstétrica e ambulatorial nas especialidades e áreas de atuação reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina (CFM).

**2.2.3** Os beneficiários terão direito a serviços de apoio diagnóstico, tratamentos e demais procedimentos constantes do rol de procedimentos ANS, plano ambulatorial e hospitalar com cobertura obstétrica, considerando-se que as cirurgias, inclusive para correção da visão, e as internações psiquiátricas e para recuperação de dependência, atenderão as características e limites estabelecidos pelo Rol de Procedimentos e Eventos da ANS.

**2.2.4** Os serviços prestados pela Contratada deverão observar as resoluções e demais atos expedidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, vigentes e vindouros, inclusive os termos da Resolução Normativa



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n. 428/2017- ANS, além das obrigações contidas neste termo de referência, contrato, e legislação vigente.

### **2.3 DAS ESPECIFICAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**2.3.1** A Contratada deverá oferecer, observados os limites impostos pelo rol de procedimentos e eventos em saúde da ANS:

**I** - A prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial, em nível nacional, de acordo com as condições e prazos propostos, sendo a cobertura de consultas médicas em número ilimitado, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina - CFM, incluindo atendimento de emergência 24 (vinte e quatro) horas/dia, em todos os dias da semana, nas unidades credenciadas, conveniados, cooperados, ou vinculadas sob qualquer forma regular admitida na legislação específica de saúde complementar à licitante vencedora em todo o território nacional, sendo vedada a exigência de qualquer tipo de caução ou garantia para atendimento ao usuário, mesmo em finais de semana e feriados;

**II** - Cobertura de todos os serviços de apoio diagnóstico e tratamentos constantes do rol de procedimentos citados nesse instrumento, **sem a exigência de pré-autorizações para os procedimentos de urgência/emergência, bem como consultas médicas.**

**III** - Cobertura de internações hospitalares em quarto individual com banheiro privativo e com direito a um acompanhante, com fornecimento de alimentação pela unidade hospitalar, sendo vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade, em clínicas básicas e especializadas reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, inclusive quanto a procedimentos obstétricos;

**IV** - A abrangência da cobertura de despesas de acompanhamento refere-se ao fornecimento de alimentação ao acompanhante, pela contratada, para usuários na faixa etária de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos e acima de 60 (sessenta) anos, independente da gravidade do caso. E nos casos de maior gravidade, independente da faixa etária, onde a presença de um acompanhante seja imprescindível, desde que tal necessidade seja devidamente comprovada pelo médico assistente;

**V** - Cobertura de internações hospitalares em centros de terapia intensiva ou similar, vedada a limitação de prazo, valor máximo e quantidade, a critério do médico assistente;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**VI** - O atendimento fora do Estado de Rondônia far-se-á através de todos os profissionais e estabelecimentos próprios ou conveniados com a entidade que vier a ser contratada ou suas congêneres, se for o caso, não podendo haver qualquer discriminação entre beneficiários;

**VII** - Cobertura de despesas referentes a honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação, inclusive enteral ou parenteral, nos casos de internação hospitalar;

**VIII** - Cobertura de todos os exames complementares indispensáveis ao controle da evolução da doença e elucidação diagnóstica, com fornecimento de medicamentos, próteses e órteses, contrastes anestésicos, oxigênio, transfusão, sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar;

**IX** - Cobertura de todas e quaisquer taxas, seja de sala de cirurgia, materiais utilizados na execução do procedimento médico, bem como a remoção do paciente, quando comprovadamente necessária, para outro estabelecimento hospitalar em território nacional, dentro dos limites de abrangência geográfica previstos no contrato, com remoção através de transportes aeromédico e terrestre de pacientes, em aeronaves e ambulâncias equipadas com UTI, e com equipe médica e de enfermagem, quando solicitado pelo médico assistente;

**X** - Nos procedimentos obstétricos, deverá ser estendida a cobertura assistencial ao recém-nato, filho natural ou adotivo do usuário do plano ou seguro, como dependente, isento do cumprimento de períodos de carência, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o nascimento ou adoção;

**XI** - Reembolso, nos limites das obrigações contratuais das despesas efetuadas pelo beneficiário, titular ou dependente, com assistência à saúde, em casos de urgência ou emergência, quando não for possível a utilização de serviços próprios, contratados ou credenciados pela operadora contratada, de acordo com a relação de preços de serviços médicos hospitalares praticados pelo plano contratado, e também em casos de entraves à utilização dos serviços ocasionados pela burocracia da operadora contratada, que ultrapasse os prazos máximos de atendimento estipulados pela ANS, pagáveis no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a entrega à operadora da documentação adequada;

**2.3.2** Na realização do atendimento deverá ser observado:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**I** - A contratada, para fins de atendimento, preferencialmente emitirá credencial, como carteira ou cartão magnético, para fins de identificação dos beneficiários, contendo as informações necessárias para facilitar o atendimento.

**II** - Os serviços, objeto do contrato, serão prestados unicamente aos beneficiários inscritos, desde que portadores da credencial de identificação, dispensado o comprovante de pagamento.

**III** - Para utilização dos serviços objeto do presente contrato os beneficiários deverão se dirigir aos consultórios particulares dos médicos, laboratórios, estabelecimentos hospitalares, serviços radiológicos ou clínicas de sua escolha, dentre a rede credenciada, munidos da referida credencial emitida pela contratada, e de documento de identidade oficial.

**IV** - A indevida utilização dos serviços será de responsabilidade objetiva do contratante, ainda que o ato tenha sido praticado sem o seu conhecimento, ficando estabelecido que os comprovantes das despesas decorrentes deste fato constituem dívida líquida, certa e exigível. Reduz a responsabilidade, nessa situação, a culpa concorrente e a exclui a culpa exclusiva da contratada.

**V** - Nas localidades onde não haja médico conveniado, a contratada deverá reconhecer e pagar o procedimento definido pelo médico não conveniado e da confiança do paciente, bem como o tipo de tratamento médico recomendado, sem restrições, desde que constante do rol de procedimentos da ANS, e mediante laudo técnico fornecido pelo mesmo.

**VI** - As requisições de exames poderão ser solicitadas por médicos deste Regional por outros médicos não conveniados, e serão transcritos/trocados na sede administrativa da empresa contratada pela respectiva guia padrão.

**2.3.3** A contratada deverá absorver automaticamente os tratamentos e procedimentos novos que surgirem dentro do período de vigência contratual, bastando para isso, o reconhecimento da legitimidade e o implemento dos mesmos pelos Órgãos de Saúde, excluindo-se assim, os de caráter experimental. Excluem-se do contrato, ainda, os seguintes serviços:

**I** - Atendimento domiciliar;

**II** - Serviços prestados por médico ou estabelecimento não credenciado pela CONTRATADA, exceto nos casos previstos nos itens 12.19, 12.20, 12.21 e 12.22 deste Termo de Referência;

**III** - Procedimentos clínicos ou cirúrgicos para fins estéticos, bem como órteses e próteses para o mesmo fim;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**IV - Inseminação artificial;**

**V - Cirurgias para promoção ou correção de esterilidade, excetuados os casos previstos neste Instrumento;**

**VI - Tratamento de rejuvenescimento ou de emagrecimento com finalidade estética, clínica de repouso, estâncias hidrominerais, clínica para acolhimento de idosos e internações que não necessitem de cuidados médicos em ambiente hospitalar;**

**VII - Aviamento de óculos e lentes;**

**VIII - Cirurgias para mudança de sexo, tratamentos ilícitos ou antiestéticos, assim definidos sob o aspecto médico, ou não reconhecidos pelas autoridades competentes;**

**IX - Remoção após alta hospitalar ou por simples vontade do beneficiário, sem imperativo de ordem médica;**

**X - Enfermagem em caráter particular na residência ou em hospital;**

**XI - Permanência hospitalar após a alta médica;**

**XII - Atendimento nos casos de cataclismos, guerras, acidentes causados por radiações, emanções nucleares ou ionizantes e comoções internas, quando declarados pela autoridade competente;**

**XIII - Transplantes, exceto córnea, medula óssea e rim ou outro que seja disciplinado pela ANS;**

**XIV - Procedimentos odontológicos e quaisquer outros decorrentes, exceto cirurgias bucomaxilofaciais, que necessitem de ambiente hospitalar;**

**XV - Aluguel de equipamentos hospitalares ou similares e despesas extraordinárias do beneficiário, não relacionadas com o tratamento, e/ou de acompanhante, em casos de internação hospitalar.**

**2.3.4** A contratada não deverá estabelecer limitações ao pagamento de novos e revolucionários tratamentos de saúde, reconhecidos pela **Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS**, devendo, para fins de reembolso, basear-se em tabelas de preços devidamente atualizadas.

**2.3.5** A contratada deverá garantir, ao beneficiário que perder a qualidade de dependente do referido contrato, cobertura assistencial a ser mantida com a possibilidade de adesão a um plano na modalidade individual/familiar que esteja disponível no momento da sua migração, com cobertura assistencial ambulatorial mais hospitalar com obstetrícia, com o aproveitamento de carências já cumpridas, desde que assuma integralmente o valor praticado para a comercialização do produto ao qual faça a nova adesão.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**2.3.6** Os serviços que dependem de autorização prévia, fora do domicílio, serão autorizados no prazo máximo estipulado pela ANS, pela operadora do plano de saúde, mediante apresentação da carteira de beneficiário e solicitação do médico assistente.

**2.3.7** O atendimento pela Unidade de Terapia Intensiva, UTI no ar, deverá ser prestado quando necessário, em todas as localidades que permitam o serviço aeromédico e que se fizerem necessárias, dentro do território nacional.

**2.3.8** Cabe à contratada oferecer comprovação de disponibilidade dos serviços de prestação de serviços de UTI no ar.

**2.3.9** Solicitado o serviço de Unidade de Terapia Intensiva - U.T.I. no ar, a Contratada terá o prazo máximo de 12 (doze) horas para disponibilizar a aeronave, contado a partir do momento em que for efetuada a solicitação. Tempo este que poderá sofrer alterações, considerando-se as condições climáticas ou outros contratempos existentes nas regiões que venham a impedir ou dificultar o pouso ou a decolagem da aeronave. No caso do serviço de Unidade de Terapia Intensiva – U.T.I. terrestre, a Contratada prestará o serviço imediatamente após constatada a necessidade do transporte do paciente;

## **2.4 DA ABRANGÊNCIA E COBERTURA DA REDE PRESTADORA DOS SERVIÇOS:**

**2.4.1** O TRE-RO busca, nesta contratação, garantir a todos os beneficiários de seu plano de saúde o efetivo acesso a todos os serviços e coberturas descritos neste instrumento.

**2.4.2** Tais serviços devem ser prestados em **âmbito nacional** pela contratada, através de estabelecimentos prestadores de assistência à saúde, sejam próprios, credenciados, conveniados, cooperados, ou a ela vinculados sob qualquer forma regular admitida na legislação específica de saúde complementar.

**2.4.3** É certo que nenhuma operadora possui estrutura para prestar todos os serviços passíveis de cobertura em todas as localidades do território nacional, por isso admite-se o atendimento através da rede citada no item 2.4.2. Ademais, não seria razoável impor esse ônus à futura contratada. Assim, buscando ampliar a competição que antecede a contratação e sem renunciar o pleno atendimento a todos os usuários, este Termo de Referência fixará as seguintes definições:

**I** - **Âmbito nacional** ou **abrangência nacional:** capacidade **comprovada** de atendimento, através de





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estabelecimentos prestadores de serviço de assistência à saúde, nos moldes exigidos neste termo de referência, nas seguintes localidades:

**a) no Estado de Rondônia:** Porto Velho e, no mínimo, nos seguintes municípios: Guajará-Mirim, Ariquemes, Jaru, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Presidente Médici, Cacoal, Pimenta Bueno, Rolim de Moura e Vilhena.

**a.1)** Justifica-se o atendimento nessas localidades porque, além de Porto Velho, que concentra a residência da esmagadora maioria dos beneficiários, esses municípios são polos e poderão atender aos servidores dos cartórios eleitorais localizados nas demais localidades do interior do Estado de Rondônia.

**b) nas seguintes localidades não capitais de estados:** justificadas porque servem de residência fixa para servidores ativos do TRE-RO lotados provisoriamente em órgãos da Justiça Eleitoral, servidores inativos ou dependentes de servidores:

**b.1) São Paulo:** Caraguatatuba, Bauru, Itatiba, Jundiaí, Cruzeiro e Rio Claro;

**b.2) Mato Grosso:** Barra do Garças, Cáceres;

**b.3) Mato Grosso do Sul:** Paranaíba;

**b.4) Minas Gerais:** Juiz de fora;

**b.5) Paraíba:** Piancó, Campina Grande;

**b.6) Paraná:** Ibiporã, Santa Isabel do Ivaí e Umuarama;

**b.7) Piauí:** Picos;

**b.8) Rio de Janeiro:** Duque de Caxias e Santo Antônio de Pádua;

**b.9) Santa Catarina:** São José

**b.10) Rio Grande do Sul:** Porto Alegre

**c) todas as demais capitais dos estados, Distrito Federal e as cidades relacionadas adiante:** justificadas em função de constituírem de grandes centros para os quais, constantemente, servidores do TRE-RO deslocam-se a trabalho, ou por proporcionarem serviços especializados de saúde:

**c.1) Região Sul:** Londrina e Maringá - **PR**

**c.2) Região Sudeste:** Campinas, Barretos, Ribeirão Preto, Rio Claro e São José do Rio Preto - **SP**; Campos - **RJ**.

**II - Estabelecimentos prestadores de serviço de assistência à saúde:** estabelecimentos próprios, credenciados, conveniados, cooperados,





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ou vinculados sob qualquer forma regular admitida na legislação específica de saúde complementar, nas localidades relacionadas no item 2.4.3, I deste instrumento.

**2.4.4** Todos os estabelecimentos de que tratam o item 2.4.2, devem aceitar como forma de proporcionar o atendimento, além da identificação do usuário, apenas a apresentação da credencial fornecida pela contratada.

**2.4.5** Todos os estabelecimentos de que tratam o item 2.4.2 não poderão exigir qualquer tipo de adiantamento pecuniário ou qualquer tipo de garantia prévia para o atendimento dos usuários regularmente identificados.

## **2.5 DO PÚBLICO ALVO:**

**2.5.1** São beneficiários os magistrados ativos, desde que não sejam beneficiários de outro programa de assistência nos Tribunais de origem ou de sistema privado de saúde, no caso dos membros da classe dos juristas, todos os servidores do TRE-RO, ativos e inativos, seus respectivos dependentes, os pensionistas e os servidores requisitados ou cedidos que aderirem ao Programa de Assistência Médica e Social (PAMS) dos servidores do TRE-RO na forma regulamentada pela Resolução TRE-RO n. 3/15. São beneficiários do PAMS:

### **I – titulares:**

- a)** os membros do Tribunal, titulares e suplentes;
- b)** os servidores ativos e inativos;
- c)** os servidores cedidos, removidos ou com lotação provisória para órgão da administração pública federal, ocupantes de cargos de provimento efetivo pertencentes ao quadro permanente do TRE-RO;
- d)** os ocupantes de cargo em comissão ou exercentes de função comissionada do TRE-RO;
- e)** os servidores da Justiça Eleitoral removidos para o TRE-RO;
- f)** os pensionistas estatutários.

### **II – dependentes:**

- a)** cônjuge ou companheiro, inclusive de união homoafetiva, na união estável;
- b)** filhos menores de 21 anos, ou com idade até 24 anos, se estudante de curso técnico ou superior, ou, se portadores de necessidades especiais, enquanto durar a patologia;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) enteados menores de 21 anos, ou com idade até 24 anos, se estudante de curso técnico ou superior, ou, se portadores de necessidades especiais, enquanto durar a patologia, que vivam às expensas do servidor;

d) menor sob guarda ou tutela concedida por decisão judicial transitada em julgado;

e) o absolutamente incapaz, do qual o servidor seja tutor ou curador.

### **III – Dependentes especiais:**

a) pai e mãe, desde que dependentes econômicos do servidor;

b) netos menores de 21 anos, ou com idade até 24 anos, se estudante de curso técnico ou superior, ou, se portadores de necessidades especiais, enquanto durar a patologia, que vivam às expensas do servidor.

**2.5.2** O contratante poderá, atendendo a sua conveniência e/ou necessidade, requerer a inscrição de novos beneficiários, obedecendo aos limites estabelecidos no contrato, seja na qualidade de beneficiário titular ou de beneficiário dependente.

**I** - Todos os beneficiários titulares ou dependentes cuja solicitação de inscrição for feita até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato não serão submetidos a nenhum prazo de carência;

**2.5.3** É defeso à contratada negar ou obstaculizar a inscrição de beneficiário requerida pelo contratante.

**2.5.4** Perderá a qualidade de beneficiário, conforme o disposto no inciso V do Artigo 16 da Lei n. 9.656/98, o beneficiário que for punido com demissão.

**2.5.5.** Ao beneficiário coberto pelo Plano de Assistência à Saúde, de que trata este Termo de Referência, em decorrência do vínculo empregatício, no caso de exoneração, é assegurado o direito de manter sua condição de beneficiário, desde que assuma o seu pagamento integral, conforme dispõe o “*caput*” do artigo 30 da Lei n. 9.656/98.

**2.5.6** Considerando-se o crescimento vegetativo e a possível ampliação do número de servidores, o total de beneficiários a serem cobertos pelo plano a partir do exercício 2020 é estimado em 580 (quinhentos e oitenta).

## **2.6 DA CARÊNCIA:**

**2.6.1** O início da contratação e da prestação dos serviços ocorrerá a partir da vigência do contrato, previsto para 16 de junho de 2020. Não serão consideradas as propostas que indiquem períodos iniciais de carência para a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prestação de serviços de que trata este Termo de Referência, tanto para servidores cadastrados, como para aqueles que vierem a se cadastrar em prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do evento que tornou possível a inscrição do usuário.

**I** - Os beneficiários titulares e dependentes incluídos após o prazo estipulado no item 2.5.2, inciso I, deverão cumprir os seguintes períodos de carência:

- a) sem carência para a cobertura dos casos de urgência ou emergência;
- b) 60 (sessenta) dias para consultas e exames de rotina;
- c) 300 (trezentos) dias para partos a termo;
- d) 24 (vinte e quatro) meses para doenças preexistentes;
- e) 180 (cento e oitenta) dias para os demais casos.

**II** - Os prazos definidos no inciso anterior não se aplicam aos novos beneficiários titulares e seus dependentes, cuja inscrição fica regulada pelo item 2.5.2, inciso I, devendo o prazo de trinta dias ali estabelecido ser contado a partir do início do efetivo exercício de suas funções, para servidores comissionados e concursados, e do ato de lotação, para os servidores requisitados;

**III** - Além do disposto no inciso anterior, também não serão submetidos aos prazos de carências estabelecidos no inciso I deste item os beneficiários dependentes cuja inclusão for solicitada até 30 (trinta) dias do fato/ato que criou/reconheceu a condição de dependência;

**IV** - Havendo inclusão de dependente que esteja adstrito à carência prevista na alínea “d” do inciso I e restando devidamente comprovada a doença preexistente, a contratada poderá autorizar o tratamento e posterior pagamento do custo operacional deste;

### **3 - DA JUSTIFICATIVA**

**3.1.** A contratação tem por objetivo manter a continuidade da assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial ao público alvo definido, considerando o término do contrato emergencial celebrado entre esse TRE e a empresa Unimed Porto Velho, cuja vigência expirar-se-á em 15/06/2020.

**3.2.** Como resultado, busca-se fornecer ao servidor e a seus familiares os meios necessários para a garantia da higidez de sua saúde, contribuindo para o bem-estar aos trabalhadores, com reflexos positivos na eficiência e na eficácia dos serviços prestados por esta instituição.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**3.3.** A relevância do atendimento em âmbito nacional é ditada, principalmente, pelo fato de que há servidores do TRE-RO lotados em outros estados, necessitando assim de atendimento ordinário de saúde nessas localidades, bem como é comum e constante o deslocamento a trabalho de servidores do TRE-RO para diversas capitais do país. Além disso, alguns dependentes de servidores, principalmente genitores, têm residência fixa em outros estados. Desta forma, o atendimento em outras localidades não deve ficar limitado apenas ao regime de urgência e emergência, em razão de não atender ao interesse de todos os usuários contemplados na contratação.

**3.4** A rescisão do Contrato 18/2016 celebrado entre este Regional e a Unimed Norte Nordeste, em razão de descumprimento contratual, Decisão [0488968](#) o que ensejou a **CONTRATO EMERGENCIAL** 11/2019 (Art. 24, IV, da lei 8.666/93) com vigência de 180 dias, compreendendo o período de 19/12/2019 a 15/16/2020, celebrado entre o TRE-RO e a Unimed Porto Velho.

**3.5 Fase de Planejamento - Estudo técnico preliminar (ETP)** - Inciso IV do Art. 3º, c/c o inciso I do Art. 8º do Decreto Federal n. 10.024/2019: O novo decreto do Pregão Eletrônico está em fase de implantação neste Tribunal. Porém, o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido, elementos exigidos pela nova norma, estão demonstrados neste capítulo, pelo que se entende suprida a ausência de ETP.

## **4 – DO PLANEJAMENTO**

**4.1** Com relação ao planejamento estratégico e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a contratação de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

**4.2** Além disso, o objeto deste Termo de Referência vem ao encontro do todos os objetivos estratégicos constantes no planejamento estratégico deste Tribunal, uma vez que os colaboradores atendidos pela assistência à saúde, preventiva ou curativa, estarão mais disponíveis ao exercício das atividades de forma a prestar os serviços com mais qualidade e com menor tempo.

**4.3** A contratação ora pleiteada é a demonstração clara da importância dada pelo Tribunal com o cuidado e a valorização de todos que aqui laboram,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

visando maior qualidade de vida, sobretudo no trabalho. Tal preocupação foi ratificada no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO do Tribunal quando definiu como um de seus objetivos estratégicos APERFEIÇOAR GESTÃO DE PESSOAS.

### **5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**5.1** De acordo com o **Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015**, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n.º 425/2017, de 07.07.2017.

**5.2** No entanto, a referida Resolução **não estabeleceu critérios objetivos** que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração **deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais**. Trata-se, a nosso ver, de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa.

**5.3** Já o novo Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o **Princípio do Desenvolvimento Sustentável**, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas **dimensões econômica, social, ambiental e cultural**, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

**5.4** Na mesma linha, a Instrução Normativa SLTIMPOG n. 01/2010, dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal. Apesar dos critérios ainda não estarem implantados no TRE-RO, na especificação dos bens e serviços está sendo estabelecido, como **requisitos sociais e ambientais**, que as empresas prestadoras dos serviços deverão:

- a) Usar equipamentos homologados pela Anatel e ABNT, no que diz respeito a normas ambientais;
- b) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- c) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- d) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, incluindo práticas de logística reversa;
- e) Dar preferência ao uso de bens constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2;
- f) Todos documentos ou artefatos gerados pela contratada, salvo manifestação explícita pelo TRE-RO deverão ser entregues em formato digital respeitando-se as normas técnicas.

### **6 - DO VALOR ESTIMADO**

**6.1.** O valor estimado para a contratação dos serviços especificados neste termo de referência, para um período de 12 (doze) meses, é de **R\$ 4.154.224,32** (quatro milhões, doze mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta e dois centavos), obtido com referência aos valores cotados pela SLC (0503915).

**6.2** Referenciamos que em fevereiro de 2020 o número de beneficiários do Programa de Assistência Médica e Social (PAMS) e usuários do plano de saúde em contrato vigente com este TRE-RO é de 554 (quinhentos e cinquenta e quatro), quantidade esta utilizada como parâmetro para a estimativa da contratação. Embora haja a previsão de aumento global de beneficiários na ocasião do início do contrato e ao longo deste, conforme item **2.5.6, não há como prever a distribuição desse aumento nas faixas etárias.**

### **6.3 DOS PREÇOS REFERENCIAIS:**

**6.3.1** No contrato atual o valor é calculado *per capita*, **por faixa etária**. Como esta unidade pretende manter a mesma forma para a próxima contratação, a Seção de Licitações e Compras realizou pesquisa de preços com observância desses critérios em vários órgãos públicos e associações de classe cujos objetos dos contratos são semelhantes ao deste TR. Os valores médios obtidos para cada faixa etária, valor mensal e anual estão apresentados a seguir:

TRE/RO	TRE/	TRE/	SINJUST	TRE/	TRE/		
--------	------	------	---------	------	------	--	--



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

-503894				MT(0 50389 6)	SE(0 5039 01)	RARO/A C(050390 3)	PR(0 5039 05)	SC(0 5039 08)		
F A I X A E T Á R I A	QT D E U S U Á R I O S	PE RC AP IT A	T O T A L	PER CAPI TA	PER CAPI TA	PERCAPI TA	PER CAPI TA	PER CAPI TA	Va lor es M édi os po r Fa ixa Et ári a	VALO RMEN SAL
0 0 a 1 8	16 7	248 ,66	41 .5 26 ,2 2	242,9 9	341,9	416,51	245,9 9	199,2	28 9, 32	R\$ 48.316 ,11
1 9 a 2 3	28	288 ,17	8. 35 6, 93	296,2 2	388,3 9	479,82	287,8 1	249,0 1	34 0, 25	R\$ 9.527, 00
2 4 a 2 8	13	331 ,53	3. 97 8, 36	381,3 4	447,2 4	533,13	345,3 7	314,7 5	40 4, 37	R\$ 5.256, 76
2 9 a 3 3	33	377 ,57	12 .4 59 ,8 1	422,5 1	497,7 9	583,11	379,9	372,5	45 1, 16	R\$ 14.888 ,35
3 4 a 3	69	439 ,57	32 .0 88 ,6	428,1 6	554,7 9	643,09	410,3	438,2 5	49 4, 92	R\$ 34.149 ,34





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8			1							
3 9 a 4 3	56	509 ,52	26 .4 95 ,0 4	447,9 8	620,6 2	721,39	471,8 5	497,4 1	55 1, 85	R\$ 30.903 ,60
4 4 a 4 8	37	617 ,48	24 .0 81 ,7 2	569,9 1	837,5	819,68	608,6 8	563,1 7	67 9, 79	R\$ 25.152 ,16
4 9 a 5 3	41	800 ,76	32 .8 31 ,1 6	687,6 3	870,4	849,67	766,9 4	639,6 4	76 2, 86	R\$ 31.277 ,10
5 4 a 5 8	27	1.1 15, 01	30 .1 05 ,2 7	869,4 3	1.020 ,93	974,62	1.066 ,04	816,1 2	94 9, 43	R\$ 25.634 ,56
5 9 +	83	1.4 88, 91	12 2. 09 0, 62	1.338, 62	2.050 ,00	1.271,19	1.471 ,14	1163, 05	1. 45 8, 80	R\$ 121.08 0,40
	55 4		33 4. 01 3, 74							R\$ 346.18 5,36
<b>Valor Semestral Estimado</b>									<b>06 M ES ES</b>	<b>R\$ 2.077. 112,16</b>
<b>Valor Anual Estimado</b>									<b>12 M ES</b>	<b>R\$ 4.154. 224,32</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	ES	
--	----	--

**6.4 DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:**

**6.4.1** As despesas decorrentes deste termo de referência deverão ser suportadas da seguinte forma:

**I** - O montante de **R\$ 699.702,00** ( Seiscentos e noventa e nove mil, setecentos e dois reais) à conta do Orçamento Geral da União/2020 e **R\$ 699.702,00** ( Seiscentos e noventa e nove mil, setecentos e dois reais) à conta do Orçamento Geral da União/2021, com recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral. A execução orçamentária ocorrerá da seguinte forma:

ORÇAMENTO	PLANO INTERNO	VALOR
Ordinário/2020	AMO PLANO	<b>R\$ 699.702,00</b>
Ordinário/2021	AMO PLANO	<b>R\$ 699.702,00</b>

**II** - O montante de **R\$ 2.754.820,32** (dois milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e vinte reais e trinta e dois centavos.) à conta da participação dos servidores do TRE-RO no custeio do programa, nos termos da Resolução TRE-RO n. 03/2015.

**7- DO CERTAME LICITATÓRIO**

**7.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

**7.1.1** Tratando-se de serviços com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado e não havendo aferição de outros fatores que possam influenciar no seu preço final, com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/2002, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO**, na forma de **EXECUÇÃO INDIRETA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, consoante as condições definidas neste TR.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**7.1.2** Deverá ser adotada modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

### **7.2 INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA TODOS OS ITENS:**

**7.2.1** O valor estimado dos serviços superam o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Assim, é inaplicável as regras do art. 48, II da Lei Complementar n. 123/2006 e art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, que estabelecem a participação exclusiva de ME/EPPS em certames com itens até esse valor.

**7.2.2** As ME/EPP's, caso existam, poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação e disciplinadas no edital.

### **7.3 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:**

**7.3.1** As propostas deverão cumprir todos os requisitos, condições e encargos estabelecidas neste instrumento.

**7.3.2** Os preços propostos pelos licitantes deverão abranger todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços em perfeita consonância com a especificação deste Termo de Referência, contemplando, se for o caso, a mão de obra, materiais, todos os encargos fiscais, sociais e eventualmente trabalhistas decorrentes da prestação dos serviços.

**7.3.2.1 IMPORTANTE:** Na definição do preço, os licitantes podem considerar:

**I - O contrato poderá ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, desde que presente os requisitos do Art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, motivo pelo qual a contratação tende a resultar em valor somatório mais atrativo que apenas o valor estimado da contratação;**

**II - O maior percentual de população é jovem, até 33 anos (43%) e a faixa reduzida dos usuários acima de 59 anos (15%), com baixo índice de crescimento vegetativo dos dependentes, o que confere maior estabilidade dos custos do contrato.**

**7.3.3** O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado com a concordância do proponente.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**7.3.4** A proposta da licitante, operadora de plano de saúde, deverá comprovar que atenda aos critérios estabelecidos na Resolução Normativa ANS n.º 63, de 22 de dezembro de 2003, a saber:

**I** - distribuição do público alvo em 10 faixas etárias conforme (Art. 2º, RN ANS 63/03);

**II** - O valor fixado para a última faixa etária não poderá ser superior a seis vezes o valor da primeira faixa etária (Art. 3º, I, RN ANS 63/03);

**III** - A variação acumulada entre a sétima e décima faixas não poderá ser superior à variação acumulada entre a primeira e a sétima faixas (Art. 3º, II, RN ANS 63/03);

**IV** - As variações por mudança de faixa etária não podem apresentar percentuais negativos (Art. 3º, IV, RN ANS 63/03).

**7.3.5** São documentos complementares da proposta:

**I - DECLARAÇÃO da empresa licitante de:**

a) Que possui estabelecimentos prestadores de serviço de assistência à saúde, **CONFORME RELAÇÃO ANEXA APRESENTADA PELA LICITANTE**, quer sejam próprios, credenciados, conveniados, cooperados, ou a ela vinculados sob qualquer forma regular admitida na legislação específica de saúde complementar, nas localidades relacionadas no **item 2.4.3, I** deste Termo de Referência;

b) Que todos os estabelecimentos de que tratam o item anterior aceitam, como forma de proporcionar o atendimento, além da identificação do usuário, apenas a apresentação da credencial fornecida pela própria contratada;

c) Que todos os estabelecimentos de que tratam na alínea "a" (acima), indicados pela contratada, não exigem qualquer tipo de adiantamento pecuniário ou qualquer tipo de garantia prévia para o atendimento dos usuários regularmente identificados;

d) Documento que assegure o compromisso de relacionamento com outras entidades para a prestação dos serviços fora de sua área de atuação direta, apresentando, ainda, a relação de estabelecimentos profissionais credenciados, com a indicação dos endereços e especialidades dos consultórios de seus profissionais, hospitais, centros médicos, clínicas, laboratórios, centros radiológicos e serviços de enfermagem com os respectivos horários de atendimento credenciados junto a empresa licitante a prestar o atendimento aos beneficiários e seus dependentes, no Estado de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Rondônia, e ainda, nas demais capitais e outras cidades da Federação e Distrito Federal, devidamente atualizado;

**d.1)** Essa comprovação do credenciamento de hospitais e laboratórios deverá, no mínimo, atender aos Municípios de **Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Jaru, Vilhena, Guajará-Mirim e Rolim de Moura.**

### **II - DECLARAÇÃO de disponibilidade da prestação de serviço de UTI no ar, para atendimento do público alvo.**

**7.3.5.1** Os documentos complementares da proposta poderão ser apresentados em original, cópia autenticada (para evitar eventuais diligências) ou, ainda, publicados em órgão da imprensa oficial. As assinaturas poderão ser reconhecidas em cartório para evitar possíveis diligências durante o certame.

**7.3.6** O início da contratação e da prestação dos serviços ocorrerá a partir da vigência do contrato, previsto para 16/06/2020. **Não serão consideradas as propostas que indiquem períodos iniciais de carência para a prestação de serviços de que trata este Termo de Referência, tanto para servidores cadastrados, como para aqueles que vierem a se cadastrar em prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do evento que tornou possível a inscrição do usuário.**

**7.3.7** Serão desclassificadas as propostas em desacordo com as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

**7.3.8** Sagra-se-á vencedor do certame o licitante que ofertar o menor preço global anual para a execução dos serviços objeto especificado no presente Termo de Referência, observando-se a quantidade de faixas etárias, os limites de variação dos valores das faixas, conforme regulamentação da Agência Nacional de Saúde e, **também, o valor máximo estimado neste termo de referência para cada faixa etária.**

### **7.4 HABILITAÇÃO:**

**7.4.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:** Tratando-se de sociedades comerciais as licitantes deverão apresentar o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado. Tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência.

**7.4.2 HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:** A licitante deverá estar regular junto ao SICAF e/ou apresentar comprovante de regularidade



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ);

**7.4.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:** A licitante deverá apresentar **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica. Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, o Presidente da CPL exigirá que a licitante apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos no edital e seus anexos;

**7.4.4 HABILITAÇÃO TÉCNICA:** Para comprovação da habilitação técnico-operacional as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

**I - 01 (um)** Atestado de capacidade técnico-operacional, em nome do licitante, comprovando a prestação de serviços com características similares ao objeto desta licitação, o qual poderá ser expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado. A licitante **poderá** apresentar os atestados provenientes de pessoa jurídica de direito privado com reconhecimento de assinatura em cartório e comprovação de que o signatário é representante legal da emitente através de apresentação do contrato social e procuração, se for o caso, a fim de evitar possíveis diligências durante o certame.

**II -** Registro da operadora junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, conforme o disposto no inciso XXII do art. 4º da Lei 9.961/00.

**III -** Comprovante de Registro na entidade profissional competente (Conselho Regional de Medicina - CRM).

**7.4.4.1** É facultado ao pregoeiro verificar o atendimento das comprovações exigidas no incisos I e II do subitem anterior por meio de consulta aos sítios eletrônicos das entidades reguladoras.

## **8 - DO CONTRATO**

### **8.1 DOS PROCEDIMENTOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**8.1.1** A adjudicatária será formalmente convocada para assinatura do contrato, adaptado a sua proposta vencedora, observadas as disposições do edital.

**8.1.2** No ato da assinatura do contrato a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, deverá apresentar, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, a adjudicatária deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

**8.1.3** Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a adjudicatária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

**8.1.4** Após a realização do cadastro e liberação pela Seção de Contratos, a adjudicatária será convocada para assinar o contrato, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação da Seção de Contratos.

**8.1.5** Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela adjudicatária. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

**8.1.6** Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

**8.1.7** Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.

**8.1.8** À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a legislação aplicável aos planos de saúde, a Instrução





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Normativa TRE-RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE-RO que venha a substituí-la ou alterá-la. Supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

**8.1.9** O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

## **8.2 DO PRAZO DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO:**

**8.2.1** Início da execução e vigência: a partir de 16 de junho de 2020, com vigência de 12 (doze) meses.

**8.2.2** Os serviços de assistência à saúde possuem a **natureza de serviços contínuos**, enquadramento jurídico que possibilita a prorrogação do contrato por até 60 (sessenta) meses, de acordo com o Art. 57, II, da Lei 8.666/93, observado, ainda os seguintes requisitos:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;
- c) manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93);
- d) concordância expressa da contratada pela prorrogação.

## **8.3 DO EVENTUAL REAJUSTAMENTO E DO EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:**

**8.3.1** Caso ocorra a prorrogação do contrato, os valores estipulados em contrato poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, e será com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha substituí-lo, de acordo com regulamentação do órgão governamental competente.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**8.3.2** O marco inicial a partir do qual se computa o período de 12 (doze) meses para a aplicação de índices de reajustamento é a data de apresentação da proposta da contratada ou a do orçamento a que a proposta se referir.

**8.3.3** Admite-se eventual reequilíbrio econômico-financeiro na forma e condições previstas pelo art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93, ajustes ou alterações das condições inicialmente pactuadas, em qualquer caso com comprovada repercussão financeira sobre o contrato.

### **8.4 DAS ALTERAÇÕES:**

**8.4.1** Havendo necessidade e justificativa, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93.

## **9 - DA GARANTIA CONTRATUAL**

**9.1** Para assegurar a plena execução do contrato, a contratada deverá oferecer, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da assinatura do contrato, **GARANTIA CONTRATUAL** correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

**I** - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

**II** - Seguro-garantia;

**III** - Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).

**9.2** Em cumprimento ao Art. 56, § 2º da Lei n. 8.666/93, o valor da garantia deverá ser atualizado em função da eventual alteração do valor do contrato.

## **10 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**10.1** Fornecer a relação dos beneficiários, responsabilizando-se pelas informações sobre titularidade e dependência dos inscritos;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**10.2** Requerer formalmente a inscrição de novos beneficiários, responsabilizando-se pelas informações sobre titularidade e dependência desses;

**10.3** Comunicar a inclusão de qualquer beneficiário do Plano de Saúde, em formulário próprio e entregue até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês à contratada;

**10.3.1** Os beneficiários inscritos têm o direito aos serviços contratados a partir do primeiro dia útil do mês subsequente, excetuando-se os casos de recém-nascidos, filhos naturais de beneficiárias, que terão cobertura imediata, e assegurada por 30 dias após o parto.

**10.4** Comunicar à contratada a exclusão de qualquer beneficiário do Plano de Saúde até o dia 25 de cada mês;

**10.4.1** Os beneficiários excluídos têm o direito aos serviços contratados até o último dia do mês da solicitação, sendo a exclusão efetivada a contar do primeiro dia do mês subsequente.

**10.5** - Informar imediatamente à contratada perda, roubo ou dano à credencial de identificação do beneficiário, para cancelamento ou, quando for o caso, para emissão de segunda via;

**10.6** - Pagar pela prestação dos serviços, nos termos definidos neste Termo de Referência;

**10.7** - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

## **11 - DOS PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS AOS PAGAMENTOS**

**11.1** Sistema de pagamento: através **pagamento antecipado correspondente ao valor da parcela mensal única *per capita* definida no contrato.** Registra-se que essa modalidade de pagamento é a que melhor se amolda às necessidades e capacidade operacional deste Serviço de Assistência Médica e Social (SAMES), tendo em vista que exige menor desprendimento administrativo para o gerenciamento do contrato, evidenciando-se menos burocrática e mais segura a liquidação das despesas.

**11.1.1 JUSTIFICATIVA PARA O PAGAMENTO MENSAL ANTECIPADO DOS SERVIÇOS (Acórdão TCU 1.341/2010 - Plenário:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O Art. 15, inciso III, da Lei n. 8.666/93 estabelece uma regra geral para as aquisições públicas, dispondo que essas devem se submeter às condições de aquisição e pagamento semelhantes àsquelas do setor privado, sendo o pagamento antecipado da fatura prática usual do mercado. Além disso, na ocorrência de interrupção da prestação dos serviços, a Administração poderia lançar mão da garantia contratual existente.

**11.1.2** De outra forma, a utilização do sistema de pagamento por reembolso é inviável a esta administração, haja vista que esbarra na grande dificuldade relativa a sua operacionalização, pois exige uma estrutura administrativa que o SAMES não dispõe, capaz de executar sistemas de cadastros, controlar emissões de autorizações prévias, controlar cobranças de coparticipações do usuário, realizar auditorias médicas e de faturas emitidas pela contratada e pela prestadora dos serviços, dentre outras atividades necessárias à dinamização do sistema. Sendo certo que não temos estrutura administrativa nem pessoal suficientemente disponibilizados para tais serviços de auditoria, o que tornaria frágil o sistema, evidenciando potencial prejuízo ao erário nos casos de falhas ou eventual fraude intentada pelo prestador dos serviços cobrados ao usuário. Por essas razões é que se pleiteia a mesma sistemática de pagamento antecipado.

**11.2** Para o pagamento, mensalmente, a empresa contratada **deverá apresentar a fatura/nota fiscal de acordo com o rol de beneficiários fornecidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas do TRE-RO, e esta ficará encarregada da respectiva conferência e certificação e**, a seguir, encaminhá-la para a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade para processar o respectivo pagamento.

**11.2.1** Havendo inconsistências no rol apresentado, o gestor do contrato devolverá a fatura/nota fiscal à contratada para regularização do rol e apresentação de novos documentos de pagamento.

**11.2.2** O prazo para pagamento somente será iniciado após a apresentação da nova fatura/nota fiscal - acompanhado do novo rol de beneficiários - totalmente de acordo com as regras de pagamento previsto no item 11.

**11.2.3** Para fazer jus ao pagamento a contratada deverá comprovar a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça.

**11.2.4** A contratada deverá apresentar, juntamente com a fatura mensal, relatório mensal de usuários, por idade, além de relatório de movimentações de inclusões e exclusões efetuadas;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**11.2.5 Sempre que solicitado pelo contratante, a contratada deverá comprovar os repasses e pagamentos realizados aos hospitais e à rede credenciada. A ausência de comprovação poderá ensejar a suspensão dos pagamentos futuros.**

**11.2.6** O pagamento será realizado após liquidação da despesa por meio de ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, até 15 (quinze) dias úteis, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pela Seção de Assistência Médica do TRE-RO.

**11.2.7** Nos eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação - que será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência e calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = \underline{0,00016438}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**11.2.8** A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**11.2.9** Os faturamentos seguirão a convenção de mês comercial, inclusive os proporcionais (pro rata die). Essa convenção também se aplicará a reajustes, repactuações, acréscimos, supressões, prorrogações e demais alterações contratuais supervenientes.

## **12 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**12.1** Realizar o objeto do contrato nas condições, preços e prazos nele estabelecidos, no edital de pregão a ser realizado e na sua proposta;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**12.2** Entregar a credencial de todos os beneficiários, inicialmente inscritos pelo contratante no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do instrumento contratual;

**12.3** Proceder à inscrição de novos beneficiários, seja na qualidade de beneficiário - titular ou de beneficiário - dependente, na forma prevista neste instrumento;

**12.4** Entregar a credencial dos novos beneficiários inscritos pelo CONTRATANTE no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento do requerimento do contratante;

**12.5** Fornecer ao contratante, sempre que solicitado, relação dos médicos e estabelecimentos próprios e integrantes da REDE CREDENCIADA da Contratada e seus endereços, bem como dos serviços contratados, glossário de termos técnicos e material explicativo;

**12.6** Autorizar a realização de exames.

**12.6.1** Quando não necessitarem de prévia autorização da auditoria médica da contratada os exames serão realizados mediante apresentação da solicitação do médico assistente, da credencial e de identidade civil do beneficiário ao estabelecimento credenciado, não sendo necessária a apresentação de comprovante de pagamento.

**12.7** Os exames que necessitarem de prévia autorização da Auditoria Médica da contratada obedecerão aos seguintes procedimentos:

**12.7.1** O pedido de exame expedido pelo médico assistente, acompanhado da credencial de identificação e da identidade civil do beneficiário, deverá ser submetido à apreciação da Auditoria Médica da contratada que, expedirá autorização para realização observados os Prazos Máximos de Atendimento estabelecidos pela ANS;

**12.7.2** Em casos de divergência técnico-assistencial sobre procedimento ou evento em saúde a ser coberto pelas operadoras de planos de assistência à saúde deve-se cumprir as regras estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS quanto a instauração de Junta Médica, nos termos da Resolução Normativa nº 424/2017 (ou normativa que venha substituir e (ou) complementar esta, durante a vigência do contrato).

**12.7.3** As requisições de exames poderão ser solicitadas por médicos deste Regional ou por outros médicos não conveniados, as quais serão transcritas/trocadas na sede administrativa da empresa contratada pela respectiva guia padrão.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**12.8** Emitir guia de internação nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato. O procedimento para realização de internações hospitalares, observará:

**12.8.1** O pedido de internação, devidamente expedido pelo médico assistente, acompanhado da credencial de identificação e da identidade civil do beneficiário, poderá ser submetido à apreciação da Auditoria Médica da contratada para imediata emissão de guia de internação;

**12.8.2** Após a apreciação do pedido de internação, e havendo divergência técnico-assistencial, a contratada deverá cumprir as regras estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS quanto a instauração de Junta Médica, nos termos da Resolução Normativa nº 424/2017 (ou normativa que venha substituir e (ou) complementar esta, durante a vigência do contrato).

**12.8.3** A internação hospitalar no estabelecimento credenciado será realizada mediante apresentação da guia de internação expedida pela contratada, acompanhada do pedido de internação preenchido pelo médico assistente, credencial de identificação da contratada e identidade civil, dispensado o comprovante de pagamento;

**12.8.4** Para os casos de urgência e/ou emergência, assim definidos os que implicam risco imediato de vida ou lesões irreparáveis para o beneficiário, cuja caracterização depende tão-somente de declaração do médico assistente, a internação será realizada mediante apresentação do pedido de internação preenchido pelo médico assistente, credencial de identificação da contratada e identidade civil, dispensado o comprovante de pagamento, devendo o beneficiário ou responsável providenciar a guia de internação, observado o disposto os itens 12.8.1 e 12.8.2, até o terceiro dia útil seguinte ao da hospitalização;

**12.8.5** As despesas extraordinárias realizadas pelo paciente beneficiário e/ou acompanhante, não-relacionadas diretamente com o tratamento, serão de responsabilidade do beneficiário, sendo pagas diretamente à entidade hospitalar;

**12.8.6** Não serão autorizadas internações que atendam exclusivamente com tabelas próprias/diferenciadas, cujos valores ultrapassem os praticados pela contratada com os demais prestadores.

**12.8.7** Nas internações hospitalares o beneficiário disporá de apartamento individual.

**12.8.8** As órteses, próteses e outros materiais ortopédicos, incluindo todos materiais e aparelhos ortopédicos ou inerentes ao ato cirúrgico (pinos,





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

parafusos, placas, platinas, marcapassos etc.) deverão ser fornecidos pela contratada aos beneficiários sem ônus adicional ao contratante.

**12.9** Nomear e manter atualizada a informação sobre preposto, com dados pessoais, contatos telefônicos, e-mail e endereço para encaminhamento de ofícios e notificações que se fizerem necessárias durante a vigência contratual.

**12.10** Responder no prazo de 48 horas às demandas da Contratante formalizadas por meio de ofícios, notificações ou consultas, independentemente de comunicação.

**12.11** Indicar ao CONTRATANTE o nome do responsável pelo contato e um preposto e fornecer, sempre que solicitado, relação dos funcionários da administração responsáveis pelo atendimento ao fiscal do contrato;

**12.12** Manter-se durante a execução do contrato, com todas as condições de habilitação exigidas no edital de pregão respectivo, apresentando, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública e/ou com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade de Situação – CRF), com a Justiça do Trabalho e com o CNJ (Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ);

**12.13** Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do contratante, cabendo à contratada prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

**12.14** Responsabilizar-se pelos danos pessoais ou materiais diretamente causados por sua ação/omissão ou por integrantes de sua REDE CREDENCIADA ao contratante, aos beneficiários por ele inscritos ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o contratante proceder à fiscalização ou o acompanhamento da execução dos referidos serviços;

**12.15** Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência e **comprovar, sempre que solicitado pelo contratante, os repasses e pagamentos aos hospitais e à rede credenciada;**

**12.16** Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros em decorrência da execução do contrato;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**12.17** Comunicar por escrito e imediatamente ao Contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

**12.18** Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante o ingresso de profissionais ou estabelecimentos de saúde em sua rede credenciada que tenha em sua direção pessoas com os vínculos descritos no item anterior;

**12.19** Reembolsar despesas decorrentes de casos de urgência ou emergência, quando se demonstrar que o beneficiário não teve condições de usar os serviços próprios ou credenciados da CONTRATADA, limitadas aos valores atribuídos pela CONTRATADA aos seus serviços próprios ou contratados;

**12.20** Reembolsar o beneficiário nos casos em que não dispuser, por meio próprio ou por meio credenciado, da especialidade de tratamento na localidade em que se encontre o usuário. Nesse caso, o usuário terá direito a reembolso da despesa decorrente, limitado aos valores atribuídos pela contratada aos seus serviços próprios ou contratados;

**12.21** Nas localidades onde não haja médico conveniado, a contratada deverá reconhecer e pagar o procedimento definido pelo médico, bem como o serviço prestado por profissional ou estabelecimento hospitalar, da confiança do paciente, bem como o tratamento médico recomendado, sem restrições, desde que constante do rol de procedimentos da ANS, mediante laudo técnico fornecido pelo profissional;

**12.22** Os reembolsos serão realizados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega da documentação comprobatória do atendimento, assim considerada:

**12.22.1** Relatório do médico assistente;

**12.22.2** Conta hospitalar, com descrição dos procedimentos (exames, diárias, taxas, materiais e medicamentos) e honorários médicos; e

**12.22.3** Nota fiscal dos serviços prestados e/ou correspondente recibo de quitação.

**12.23** Prestar remoção, aérea e/ou terrestre, inter-hospitalar, comprovadamente necessária, aos beneficiários do contratante, conforme parecer do médico assistente responsável pelo paciente e da equipe do Serviço Aeromédico responsável pelo traslado, em âmbito nacional, desde que atendidas as exigências contratuais e critérios técnicos aeromédicos vigentes. O atendimento pela Unidade de Terapia Intensiva (UTI no ar)



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deverá ser prestado quando necessário, em todas as localidades que permitam o serviço aeromédico e que se fizerem necessárias, dentro do território nacional.

**12.24** Atender as solicitações de exames e/ou pedidos de internação realizados por médico assistente não pertencente à REDE CREDENCIADA, que deverão ser apresentados pelo beneficiário à Auditoria Médica da contratada, a fim de serem anexados a formulário próprio expedido pela contratada (requisição de exame, guia de internação ou equivalentes) no ato da apresentação, devendo ambos serem apresentados pelo beneficiário aos estabelecimentos da REDE CREDENCIADA para obtenção de atendimento. Poderão, no entanto, tais solicitações serem submetidas à junta médica da contratada, nos moldes descritos no item 12.8 deste termo de referência;

**12.25** Todas as especificações contidas no Objeto desta Licitação completam-se com o conteúdo deste instrumento, que contém informações, instruções e orientações sendo parte integrante do edital;

**12.26** A empresa contratada responsabiliza-se por todos os impostos, taxas, encargos sociais, obrigações de ordem trabalhistas, previdenciária e cível, decorrentes das suas atividades;

**12.27** Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado para a execução dos serviços ou, mediante acordo das partes, supressões em percentuais superiores, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.666/93;

**12.28** Cumprir todas as leis e demais normas aplicáveis à execução dos serviços, mesmo que não referidas expressamente neste instrumento, no edital ou no contrato.

### **13 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1. SANÇÕES MORATÓRIAS:** Além das demais sanções decorrentes do certame licitatório, o descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa moratória consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

**13.1.1.** Atraso injustificado na entrega das credenciais, magnéticas ou não, aos beneficiários:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a)** até 5 (cinco) dias, multa de 0,1 % (um décimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;
- b)** a partir do sexto até o décimo dia, multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;
- c)** superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato.

**13.1.2.** Atraso injustificado na expedição de autorização para realização de exames e emissões de guias de internação:

- a)** até 24 (vinte e quatro) horas, multa de 0,3 % (três décimos por cento), incidente sobre o valor da fatura mensal;
- b)** a partir da 25<sup>a</sup> (vigésima quinta) até a 72<sup>a</sup> (septuagésima segunda) hora, multa de 0,5% (cinco décimos por cento), incidente sobre o valor da fatura mensal;
- c)** superior a 72 (setenta e duas) horas poderá caracterizar inexecução do Contrato.

**13.1.3.** Atraso injustificado no reembolso de despesa decorrente de serviço prestado por profissional ou estabelecimento de saúde, quando a Contratada não o possuir em sua rede própria, credenciada, conveniada, cooperada ou a ele vinculada sob qualquer forma regular admitida na Legislação específica de saúde complementar dentro da circunscrição geográfica do domicílio do usuário:

- a)** até 5 (cinco) dias, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor efetivamente devido e não reembolsado;
- b)** a partir do sexto até o décimo dia, multa de 2,0% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor efetivamente devido não reembolsado;
- c)** atraso superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato.

**13.1.4.** Suspensão injustificada e indevida na prestação de qualquer serviço objeto da contratação:

- a)** até 5 (cinco) dias, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;
- b)** a partir do sexto até o décimo dia, 2,0% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato.

**13.1.5. Atraso na entrega de garantia contratual:**

a) até 5 (cinco) dias, multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

b) a partir do sexto até o décimo dia, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

c) superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato.

**13.1.6. Deixar de informar os dados do preposto e do responsável pelo contrato ou, ainda, deixar de informar a relação de seus funcionários responsáveis pelo atendimento ao fiscal do contrato:**

a) até 5 (cinco) dias, multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

b) a partir do sexto até o décimo dia, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

c) superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato.

**13.1.7. Descumprimento das demais obrigações estabelecidas no contrato, no edital e sua proposta, após formalmente notificado pela fiscal ou gestor do contrato:**

a) até 5 (cinco) dias, multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, incidente sobre o valor da obrigação inadimplida ou, caso não seja possível mensurá-la financeiramente, sobre o valor do contrato;

b) a partir do sexto até o décimo dia, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor da obrigação inadimplida ou, caso não seja possível mensurá-la financeiramente, sobre o valor do contrato;

c) superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato ou também a reiteração/reincidência de conduta faltosa, em um lapso de 60 (sessenta) dias após regular notificação.

**13.2 SANÇÕES PUNITIVAS:** Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à contratada:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**13.2.1 Advertência escrita** nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

**13.2.2 Multa de até 10% (dez por cento)** sobre o valor das obrigações inadimplidas (caso não seja possível mensurá-la financeiramente, sobre o valor do contrato), tendo como teto o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

**13.2.3 Suspensão temporária** para participação em licitações com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**13.2.4 Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

**13.2.5 Impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10520/02).

**13.3** Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste Termo de Referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

**13.3.1** A Administração do Contratante poderá deixar de declarar a inexecução total do Contrato, quando:

- a) a infração não tenha trazido prejuízo para o Contratante; nem benefício ao Contratado;
- b) o Contratado tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras do Contrato, claramente demonstrada no processo;
- c) o Contratado tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**13.3.2** A Administração do Contratante declarará a inexecução total do contrato, quando:

- a) a prática infracional tenha criado risco ou consequência danosa à saúde do beneficiário;
- b) o Contratado tenha deixado, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;
- c) o Contratado seja reincidente, nos termos do item 13.1.7, "c" deste Termo de Referência.

**13.4** O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015-Plenário**).

**13.5** A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

**13.6** Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6830/80**).

**13.7** As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

**13.8** O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

**14 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**14.1** A Gestão do contrato será realizada pelo Coordenador de Educação e Desenvolvimento, ou por quem suas vezes fizer.

**14.2** A fiscalização do contrato será realizada pelo chefe da Seção de Assistência Médico-Social do TRE-RO, com apoio da equipe Técnica da SAMES.

**14.3** A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

**14.4** A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial, ainda que pela internet (e-mail), e anotações ou registros no relatório de serviços.

**14.5** Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 (disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma) e na legislação em vigor.



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO PONTES**

**MOURA, Coordenador(a)**, em 23/04/2020, às 19:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DAIANA MAZOTTI FERRAZ**

**REIS, Chefe de Seção**, em 23/04/2020, às 20:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002624-96.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SAMES

**ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico n.**

**1/2020** – Serviço de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial (Plano de Saúde).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PARECER JURÍDICO Nº 98 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da chefe da Seção de Assistência Médica e Social – SAMES deste Tribunal, objetivando a contratação de empresa operadora de plano de assistência à saúde, conforme Termo de Abertura SAMES ([0472717](#)).

**02.** Após regular tramitação, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para a análise da minuta do Edital do Pregão Eletrônico referente a pretendida contratação, a qual logrou aprovação desta unidade, conforme Parecer Jurídico nº 55/2020 -PRES/DG/AJDG ([0520893](#)).

**03.** Em seguida, publicou-se o Edital de Pregão Eletrônico nº 10/2020 ([0521486](#)) em 07/04/2020, consoante documentos comprobatórios de divulgação ([0522516](#)). Contudo, houve o reagendamento da sessão do dia 22/04/2020 para o dia 27/04/2020, devido a contagem de dias equivocada. O que foi feito por meio do Aviso de alteração PE nº 10/2020 publicado em 13/04/2020 ([0523284](#)).

**04.** Em seguida, houve 1 (um) pedido de esclarecimento ([0524750](#)), devidamente respondido ([0524750](#)) e 1 (uma) impugnação ao Edital nº 10/2020 ([0526294](#)), julgada parcialmente procedente ([0527155](#)), e que originou alteração do TR e da minuta do contrato, o qual foi devidamente analisado e aprovado, como se verifica no Parecer Jurídico nº 83/2020 – PRE/DG/AJDG ([0530662](#)) e no Despacho nº 608/2020 – PRES/DG/GABDG ([0531190](#)).

**05.** Diante disso, o Edital do PE nº 10/2020 foi republicado com as alterações nos seus anexos ([0527133](#) e [0528866](#)), uma vez que já havia sido aprovado e não houve qualquer alteração no referido instrumento, exceto a data do agendamento para o dia 21/05/2020 ([0532163](#), [0532170](#) e [0532621](#)).

**06.** Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) relatório de propostas ([0538366](#));

b) proposta ([0538372](#)) e seus anexos ([0538374](#) e [0538376](#)) da licitante UNIMED Porto Velho, CNPJ nº 05.657.234/0001-20;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) documentos de habilitação da cooperativa mencionada ([0538430](#), [0538432](#), [0538435](#) e [0538436](#));

d) manifestação favorável da unidade técnica quanto aos documentos mencionados e à aceitabilidade do valor acima do estimado ([0538596](#)); e

e) Levantamento de preços praticados no contexto da pandemia por COVID-19 ([0539323](#), [0539324](#), [0539328](#), [0539332](#) e [0539332](#)).

**07.** Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0539914](#)), Resultado por Fornecedor ([0539912](#)), Termo de Adjudicação ([0539916](#)), Resultado de Licitação ([0539917](#)) e comprovante de envio desta ao Diário Oficial da União – DOU e ao Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0539925](#)).

**08.** Por fim, em seu relatório ([0539822](#)), complementado pela Informação nº 33/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0539929](#)) sobre a aceitabilidade da proposta acima do valor estimado, o Pregoeiro relata as principais ocorrências da competição. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0540018](#)). **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020**

**09.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado decreto.

**10.** Nas publicações do aviso ([0532170](#)), consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**11.** Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

**a) Pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital:** houve 01 (um) pedido de esclarecimento, sendo devidamente respondido ([0524750](#)). Além disso, houve 01 (uma) impugnação ao edital apresentado pela UNIMED PORTO VELHO – SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA ([0527155](#)). Em síntese, foi questionada a descrição do objeto no TR e a cláusula de reequilíbrio econômico-financeiro presente na minuta do contrato ([0526294](#)). Após consultar a unidade técnica (0527034), o pregoeiro adotou o posicionamento desta como fundamento e julgou parcialmente procedente a impugnação ([0527155](#)). O que resultou na retificação e republicação do edital.

**b) Desclassificação de propostas:** Não houve.

**c) Lances:** Havendo apenas uma participante, a fase de lances ficou prejudicada. O lance apresentado está registrado no sistema Comprasnet ([0538366](#)) e todos os atos do certame na Ata do Pregão ([0539914](#)).

**d) Fase de negociação/aceitação:** As ocorrências estão registradas na ata do certame e relatadas no quadro constante do subitem 5.3 do Relatório do Pregoeiro ([0539822](#)), complementada pela Informação nº 33/2020 – PRE/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0539929](#)).

Salienta-se, no caso em comento, que o pregoeiro aceitou a proposta da licitante UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA, única participante no Pregão Eletrônico 10/2020, no valor de R\$ 4.310.207,96 (quatro milhões trezentos e dez mil duzentos e sete reais e noventa e seis centavos), **aproximadamente de 3,75%** (três vírgula setenta e cinco por cento) acima do valor estimado. Assim, faz-se necessário fazer algumas considerações.

Desde já se afasta a hipótese de preço máximo (o quantum estabelecido pela Administração como teto para ser pago por determinada contratação e que deve obrigatoriamente vincular a tomada de decisão do pregoeiro), uma vez que no Edital nº 10/2020 o preço estimado não foi caracterizado desta forma. Assim, a extrapolação do valor estimado de R\$ 4.154.224,32 (quatro milhões, cento e cinquenta e quatro mil duzentos e vinte e quatro reais e trinta e dois centavos) para a contratação pretendida não enseja imediata e necessariamente a desclassificação da proposta apresentada.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A Administração pode contratar por preço um pouco maior do que valor constante nos autos, desde que este seja meramente um referencial para atuação do administrador público. O valor arbitrado comporta, por consequência, **variações não substanciais**, tanto para mais quanto para menos.

Segundo o inciso XI do art. 4º da Lei 10.520/2002, cabe ao pregoeiro, diante do valor final apresentado na disputa, pronunciar-se, de forma **devidamente motivada**, quanto a sua aceitabilidade. Análise esta que deverá levar em conta o orçamento estimado constante no processo e, caso os fornecedores informem o aumento do preço substancial desde a cotação de preço, entende-se imperioso que seja realizado novo levantamento de preço pelo setor responsável. Assim, tendo ocorrido alteração do preço de mercado, esse novo valor apurado deverá servir como parâmetro para a análise relativa à aceitabilidade das propostas. Conquanto, se os valores dos lances finais de disputa venham apresentar-se em patamares que superem, se tal divergência de valores não se reputar como variação considerável, será possível a adjudicação. Esta hipótese poderá ser adotada porque, como já mencionado, ao contrário do preço máximo, que é critério de aceitabilidade da proposta, **é inerente do valor estimado, comportar pequenas variações relativamente aos valores constantes nas propostas a serem apresentadas**.

No caso em tela, verifica-se que o pregoeiro tratou de motivar robustamente sua decisão, conforme Informação nº 33/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAPA/SLC ([0539929](#)). Além disso, adotou os procedimentos necessários para a verificação do valor atual do objeto licitado (Solicitação nº 62/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAPA/SLC - [0538437](#) - e Manifestação nº 22/2020 – PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES - [0538596](#)).

Resta explicar sobre a variação aceitável acima do valor estimado. Para Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, em seu livro Sistema de Registro de Preço e Pregão Presencial e Eletrônico, 6ª edição, p. 197:

(...) é comum a indagação sobre a margem de variação de preços que poder ser admitida. Sobre o assunto deve-se esclarecer que não há parâmetro legal definido. Por esse motivo costuma-se sugerir 10% (dez por cento) ou até 20% (vinte por cento) em relação à média de preços. Administração deve definir previamente como gerenciar a informação coletada na pesquisa e decidir cada produto ou série de produtos.

Igualmente, em exemplo extremo de Jair Eduardo Santana, entende que “se um objeto custa no mercado entre 2 e 50, certamente não se admitiria – na generalidade das situações – a sua contratação por 500”.<sup>2</sup>



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Infere-se que somente as propostas com preços excessivos em comparação ao orçamento estimado devem ser desclassificadas.

Neste mesmo sentido, a Corte de Contas Administrava se posiciona sobre o assunto em debate:

O fato de os valores adjudicados encontrarem-se superiores aos valores orçados não serve para evidenciar que aqueles estão acima dos preços de mercado. Essa constatação deve estar baseada em informações sobre os preços efetivamente praticados no mercado à época. (Ac. TCU 1549/17-Plenário).

A simples divergência entre os valores orçados e o resultado da licitação não serve para evidenciar a ocorrência de sobrepreço, sendo necessário, para tanto, que a constatação esteja baseada em informações sobre os preços de mercado vigentes à época do certame. (Ac. TCU 2917/18-Plenário).

Assim, pela análise das justificativas apresentadas pelo pregoeiro ([0539929](#)), baseadas nos dados apresentado pela unidade demandante ([0538596](#)), a variação de aproximadamente 3,75% da proposta da licitante acima do valor estimado pode ser considerada aceitável e adjudicada pelo pregoeiro.

Por fim, os autos demonstram que o pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação da proposta estabelecidos no instrumento convocatório.

**e) Cancelados na aceitação:** Não houve.

**f) Item deserto:** Não houve.

**g) Fase de Habilitação:** O pregoeiro habilitou a licitante Unimed Porto Velho – Sociedade Cooperativa Médica Ltda., CNPJ nº 05.657.234/0001-20 ([0538430](#), [0538432](#), [0538435](#) e [0538436](#)).

**h) Recursos:** Não houve registro de intenção de recurso.

**12.** Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

**13.** É importante registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0539914](#)).

**14.** Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

### **III – CONCLUSÃO**

**15. Ante o exposto**, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (**0539916**), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados. Neste caso, frisa-se que a programação orçamentária deverá ser revisada para majorar seu valor.

**16.** Por outro lado, caso a autoridade competente não concorde com a decisão do Pregoeiro quanto à aceitabilidade da proposta, basta encaminhar os autos à SLC para o retorno de fase e recusa da única proposta.

**17.** Cabe ressaltar que, oportunamente, deverá vir aos autos a comprovação da publicação do resultado desse certame no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 28/05/2020, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 28/05/2020, às 15:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002624-96.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL  
(SAMES)

ASSUNTO: Contratação de empresa operadora de plano de assistência à saúde. Homologação de Pregão Eletrônico n. 10/2020.

**DESPACHO Nº 764 / 2020 - PRES/DG/GABDG**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da chefe da Seção de Assistência Médica e Social – SAMES deste Tribunal, objetivando a contratação de empresa operadora de plano de assistência à saúde, conforme Termo de Abertura ([0472717](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 10/2020 ([0521486](#)).

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0539914](#)); o Resultado por Fornecedor ([0539912](#)); Relatório nº 31/2020 ([0539822](#)); Resultado de Licitação ([0539917](#)) e o comprovante de publicação do resultado ([0540923](#)).

Houve 01 (um) pedido de esclarecimento, sendo devidamente respondido ([0524750](#)). Além disso, houve 01 (uma) impugnação ao edital apresentado pela UNIMED PORTO VELHO – SOCIEDADE COOPERATIVA MÉDICA LTDA ([0527155](#)). Em síntese, foi questionada a descrição do objeto no TR e a cláusula de reequilíbrio econômico-financeiro presente na minuta do contrato ([0526294](#)). Após consultar a unidade técnica ([0527034](#)), o pregoeiro adotou o posicionamento desta como fundamento e julgou parcialmente procedente a impugnação ([0527155](#)). O que resultou na retificação e republicação do edital. Não houve intenção de recurso.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a licitante UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA, CNPJ 05.657.234/0001-20, valor R\$ 4.310.207,96 (quatro milhões trezentos e dez mil duzentos e sete reais e noventa e seis centavos). Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto à vencedora.

Registra-se que o pregoeiro aceitou a proposta da licitante UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA, única participante no Pregão Eletrônico 10/2020, no valor de R\$ 4.310.207,96 (quatro milhões trezentos e dez mil duzentos e sete reais e noventa e seis centavos), **aproximadamente 3,75%** (três vírgula setenta e cinco por cento) acima do valor estimado.

No entanto, conforme asseverado pela Assessoria Jurídica, o fato não enseja imediata e necessariamente a desclassificação da proposta apresentada. Isso por que a unidade demandante informou que a estimativa de preço que forneceu embasamento para o presente certame se deu em 14/02/2020, ou seja, sem contemplar o problema de saúde pública a nível



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mundial que se instalou nos meses que se seguiram e que não havia casos de contaminação por coronavírus em território nacional. Explicou aquela unidade que, após o reconhecimento do estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde, em razão da disseminação do novo coronavírus, houve severo aumento em materiais básicos, amplamente utilizados em âmbito hospitalar e ambulatorial, em razão do aumento expressivo da demanda por estes materiais.

A unidade apresentou um levantamento de preços praticados em licitações de outros órgãos públicos no contexto da pandemia por Covid-19, demonstrando que a proposta da licitante apresentou valores bem abaixo do praticado no mercado atualmente.

A referida unidade ainda ressalva que o cenário reportado indica um alto risco de elevação na cotação de preços, caso o certame seja dado como fracassado e seja necessária nova licitação, pondo em risco a manutenção da cobertura ininterrupta dos beneficiários pelo contrato atual, que tem caráter emergencial e encerra-se no dia 15/06/2020.

Mediante o Parecer Jurídico nº 98/2020 ([0540836](#)) a Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0539916](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02. No que tange à proposta apresentada superar valor estimado, a unidade jurídica destacou que o Edital nº 10/2020 não fixou o valor estimado como preço máximo e que cabe ao pregoeiro, diante do valor final apresentado na disputa, pronunciar-se, de forma devidamente motivada, quanto a sua aceitabilidade, conforme o inciso XI do art. 4º da Lei 10.520/2020.

Dessa forma, considerando as justificativas apresentadas pela unidade demandante e os preços praticados atualmente no mercado, no contexto da pandemia, bem como a possibilidade de restar fracassado ou deserto o novo certame, a proposta apresentada pela única licitante deve ser aceita.

Analisados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

O procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0539914](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta diretoria-geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO n. 10/2020**, consoante Termo de Adjudicação ([0539916](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para adequação da programação orçamentária e continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 28/05/2020, às 20:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 1132020

Disponibilização: 10/06/2020

Publicação: 12/06/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **EXTRATO DE CONTRATO**

Espécie: Extrato do Contrato n. 08/2020/TRE-RO, assinado em 09/06/2020. PREGÃO ELETRÔNICO N. 10/2020. Contratada: UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA, CNPJ n. 05.657.234/0001-20. Objeto: Prestação de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial concernentes em exames periódicos e complementares, serviços auxiliares de diagnósticos e de terapias, inclusive internações clínicas e/ou cirúrgicas, em caráter emergencial e eletivo, em âmbito nacional, na modalidade coletiva empresarial, aos beneficiários definidos conforme Arts. 5º, 6º e 7º da Resolução TRE-RO 03/2015, com pré-pagamento a preço per capita por faixa etária, sem carência, em conformidade com art. 1º, §1º, inciso I da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Fundamento Legal: artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002 e à execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus Anexos, nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, na Lei 9961/2000, nas resoluções e regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Saúde - ANAC, nos Decretos Federais



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3555/2000, 9507/2018 e 10.024/2019, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, nas Resoluções TSE 23.234/2010, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Vigência: 12 (doze) meses, a contar de 16/06/2020, e poderá vir a ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, de acordo com o Art. 57, II, da Lei n. 8.666/93. Valor: R\$ 4.310.207,96. Programa de Trabalho: 02301003320040011. Elemento de Despesa: 33.90.39.50. Notas de Empenho n. 2020NE000396 de 01/06/2020. Ato de Autorização da Licitação: DESPACHO Nº 420/2020-PRES/DG/GABDG, de 27/03/2020. Ato de Homologação do Pregão Eletrônico: DESPACHO Nº 764/2020-PRES/DG/GABDG, de 28/05/2020. Signatários: pelo Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO e, pela Contratada, os Senhores ROBSON JORGE BEZERRA e SALEH MOHAMAD MOHAMOUD ABDUL RAZZAK, Processo SEI: 0002624-96.2019.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 09/06/2020, às 16:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.